ATA DA SESSÃO EXTRAORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE SESIMBRA, REALIZADA NO DIA 07 DE NOVEMBRO DE 2014

----------Aos sete dias do mês de novembro de 2014, no auditório Conde de Ferreira, realizou-se uma reunião extraordinária da Assembleia Municipal de Sesimbra (AMS), sob a presidência da Sr.ª Joaquina Odete Martins da Graça, e secretariada pelos Srs. Carmen Dolores Mártires Marcelino Cruz e João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Primeira e Segundo Secretários, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: ----------

----------1. Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar em 2014, a cobrar em 2015; -- ----------

----------2. Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2015; ----------

----------3. Lançamento da derrama sobre a coleta do IRC'2014, a cobrar em 2015; ----------

----------4. Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares'2015 – Fixação da taxa. ----------

----------Feita a chamada verificaram-se as seguintes presenças: ----------

----------Pelo Grupo Municipal da CDU - Joaquina Odete Martins da Graça, Francisco Manuel Soares Cordeiro, Nuno José Almeida Nabais Antunes, Maria Helena dos Santos Cancela Cordeiro, Rui João Graça Rodrigues, Alain Monteiro Grenho, Carmen Dolores Mártires Marcelino da Cruz, João Francisco da Conceição Ribeiro Narciso, Tiago José dos Santos Silva Aragão e Maria José da Cruz Vieira Borges;---------

----------Pelo Grupo Municipal do PS - Manuel José Cardoso Alves Pereira, Pedro Miguel dos Santos Mesquita, Ana Paula Gato Rodrigues Polido Rodrigues, Nelson Carlos Simplício Pólvora, Paulo Rodrigo Marquês Ruivo e Bertina Pereira João Duarte; ----------

----------Pelo Grupo Municipal do PSD/CDS-PP - José Manuel Lobo da Silva e Eduardo Manuel Costa Amigo; ----------

----------Pelo Grupo Municipal do MSU - Nuno Miguel Veiga Pinto Ribeiro e João Carlos Guimarães Rodrigues;----------

----------Pelo Grupo Municipal do BE – José António Melo Nunes Guerra. ----------

----------Verificou-se ainda a presença do Presidente da Junta de Freguesia do Castelo, Francisco Manuel Firmino de Jesus e da Presidente da Junta de Freguesia de Santiago, Ana Margarida Almeida Cruz Narciso.

----------O Presidente da Junta de Freguesia da Quinta do Conde, dada a impossibilidade de comparecer, foi substituído por Fernando José Mestre Patrício.----------

---------- Comprovada a existência de quórum, vinte e quatro presenças, a **Presidente da Assembleia Municipal,** declarou aberta a reunião eram vinte e uma horas e cinquenta e quatro minutos. ----------

----------Verificou-se também a presença do Presidente da Câmara Municipal de Sesimbra (CMS) Augusto Manuel Neto Carapinha Pólvora, da Vice-Presidente Felícia Maria Cavaleiro da Costa e dos Vereadores José Henrique Peralta Polido, Sérgio Manuel Nobre Marcelino, Américo Manuel Machado Gegaloto, Claudia Sofia Durand Cocharra Gorjão da Mata e Francisco José Pereira Luís. ----------

----------A **Presidente da Assembleia** começou por fazer a justificação de ausências, começando por indicar que a Deputado do PS, Manuel Barros solicitara substituição, estando presente em sua representação a Deputada Bertina Pereira João Duarte. ----------

----------Também do grupo político do PS, solicitara substituição a Deputada Joana Alarcão Bastos, encontrando-se presente, em sua substituição, o Deputado Paulo Rodrigo Marquês Ruivo. ----------

----------Do grupo municipal do PSD-CDS/PP solicitou substituição o Deputado Joaquim Mendes Dias, estando presente em sua substituição o Deputado Eduardo Manuel da Costa Amigo. ----------

----------Em substituição do presidente da Junta de freguesia da Quinta do Conde, esteve presente o membro Fernando José Mestre Patrício.----------

----------A **Presidente da AMS** disse gostar de prestar uma informação relacionada com uma deliberação que a AM de Sesimbra tinha tomado, e que dizia respeito à transição da Assembleia Distrital de Setúbal. Este processo tinha tido início com uma reunião da Assembleia Distrital, constituída pelos presidentes das Câmaras e das Assembleias Municipais, assim como por um Presidente de junta de cada um dos municípios. Posteriormente reuniu o Conselho Diretivo da Associação de Municípios da Região de Setúbal (AMRS), tendo este assunto sido deliberado ao nível das Câmaras e Assembleias Municipais. ----------

----------Esta Assembleia Municipal também tinha tomado uma posição favorável a 25 de setembro desse ano, e imediatamente a seguir e após conclusão de todas as deliberações de todas as Câmaras e todas as Assembleias Municipais, tinha reunido há cerca de 15 dias a Assembleia Intermunicipal, coordenada pelo Presidente da Câmara de Sesimbra, que também era Presidente dessa Assembleia Intermunicipal. -------

----------Nessa Assembleia tinham sido deliberadas 3 propostas, que eram indispensáveis ao funcionamento e à transição da Assembleia Distrital. A 1º proposta tinha a ver com a aceitação, por parte da AMRS de todo o espólio, património imóvel e móvel, da Assembleia Distrital. ----------

----------A 2ª tinha a ver com a alteração dos estatutos, para a absorção na nova entidade, e também com a deliberação sobre a nova estrutura orgânica da AMRS. Os trabalhos tinham sido concluídos com unanimidade nesta Assembleia Intermunicipal, tendo o processo sido entregue ao Secretário de Estado, de acordo com aquilo que era previsto na Lei. ----------

----------Naquele momento, aguardavam que houvesse formalmente outro Despacho para a completa

integração desta estrutura na AMRS. Acrescentou que a própria, ainda Presidente da Assembleia Distrital, aguardava a publicação em Diário da República para que depois fossem tomadas medidas relativamente ao prosseguimento do trabalho deste órgão.----------

----------**<u>Período de Antes da Ordem do Dia</u>** **----------**

----------A Presidente informou que tinham para deliberação 3 atas, referindo que as mesmas tinham sido remetidas previamente aos líderes de bancada.----------

----------Colocadas a deliberação, foram aprovadas por unanimidade as seguintes atas: ----------

----------28 de novembro de 2013. ----------

----------20 de dezembro de 2013. ----------

----------10 de janeiro de 2014.----------

----------Passou a questionar se havia alguma dúvida relativamente ao expediente enviado, não tendo sido levantada qualquer questão.----------

----------Informou que havia dois documentos em Mesa para deliberação, tendo dado a palavra ao **Deputado Rui João Rodrigues** para que esse fizesse a leitura da seguinte moção, apresentada em nome da CDU e que a seguir se transcreve: ----------

----------***Moção:*** ----------

----------*"O Estado da Educação no município de Sesimbra*----------

---------- Neste início de ano escolar e de forma agravada, pais, professores, funcionários e estudantes veem-se confrontados com uma escola pública mais debilitada e mais frágil. ----------

----------O ano letivo inicia-se num clima de grande instabilidade nas escolas e de agudização das condições de vida das famílias. ----------

----------A Escola Pública, gratuita e de qualidade e o direito ao ensino com garantia do direito à igualdade de oportunidades de acesso e êxito escolar de determinação constitucional, estão sob forte ofensiva do Governo e diariamente é desvirtuada. ----------

----------As escolas vivem nestes últimos anos, fruto das políticas seguidas por este governo, numa permanente situação de instabilidade cada vez mais preocupante e comprometedora da necessária melhoria da qualidade do ensino, onde os docentes são tendencialmente excluídos da participação democrática nas opções programáticas, métodos e conteúdos curriculares, numa clara ofensiva à sua condição profissional e por consequência afastando os seus contributos para o que deve ser a Escola Pública: espaço de liberdade e conhecimento. ----------

----------Um governo que devia preocupar-se com a taxa de abandono precoce, com os 3,5 milhões de

portugueses sem qualquer diploma ou sem conclusão do ensino básico ou com os 1,5 milhões entre os 25 e os 44 anos sem conclusão do Ensino Secundário, coloca-se energicamente em campo para desencadear um projeto ideológico de desmantelamento da Escola Pública, limitando o acesso ao conhecimento, elitizando o ensino, atribuindo às camadas trabalhadoras apenas a necessidade de adquirir competências profissionais ao serviço do mercado capitalista, estratificando assim o sistema educativo, tal como acontecia antes do 25 de abril de 1974. ----------

----------A educação tem sido das áreas sociais mais martirizadas nos últimos anos. Os cortes no setor nos últimos três orçamentos têm vindo a crescer de forma excecional Portugal é já dos últimos do ranking da OCDE, em que as verbas para educação têm o valor mais baixo do PIB, ficando a cerca de metade do que são as recomendações internacionais. ----------

----------Mais uma vez, em vez de haver investimento na educação e na promoção de medidas de combate ao abandono e de incentivo ao sucesso escolar, o que se faz é reduzir a despesa que vai ter um impacto ao nível dos recursos humanos, e na insuficiência de recursos humanos, o que, aliás, tem caracterizado os orçamentos dos últimos anos para o setor. ----------

----------Na proposta de Orçamento de Estado para 2015, a despesa com o ensino básico e secundário baixa 704,4 milhões de euros face a 2014, caindo cerca de 5 milhões de euros. ----------

---------- A despesa total consolidada prevista para 2015 para o ensino básico e secundário decresce 11,3% em comparação com 2014, ano em que se fixou em 6.243,9 milhões de euros. Em sentido oposto, os juros da divida atingirá em 2015 mais de 8.000 milhões de euros, ou seja, Portugal investe mais em juros a pagar a terceiros do que com a sua educação.----------

----------Perante estas dificuldades, a Câmara Municipal de Sesimbra prossegue a sua orientação no quadro das suas competências, a desenvolver investimentos na qualificação dos estabelecimentos de ensino, na promoção do apoio no fornecimento de refeições e apoio social escolar. Trata-se de uma intervenção que exige investimentos avultados e que se encontra cada vez mais ameaçada pelos ataques que o poder local democrático sofre e pelos reflexos da política educativa governamental. ---

----------A Assembleia Municipal de Sesimbra delibera: ----------

----------1. Reafirmar a importância da educação e exigir que o Estado cumpra o seu papel, assumindo o reforço do investimento no sistema público de ensino e a adoção de medidas de política educativa que garantam os direitos de acesso e sucesso dos cidadãos e se afirme como recurso estratégico essencial para o desenvolvimento do País; exigir o cumprimento da Constituição da República pelo princípio de um ensino público gratuito, universal e de qualidade.----------

----------2. Exigir que sejam invertidas das medidas mais gravosas, de modo a recuperar o reforço das necessárias políticas de apoios e ação social escolar, recursos humanos (professores, técnicos especializados e auxiliares de educação), assim como a reorganização curricular e procedimentos de organização, gestão e funcionamento que sejam adequados às necessidades do sistema e garantam a participação da comunidade educativa; ----------

----------3. Congratular-se com as opções do Município com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade dos serviços educativos; ----------

----------4. Saudar e solidarizar-se com os professores, alunos, encarregados de educação, técnicos, auxiliares de educação na luta pelas suas reivindicações e direitos e por uma escola pública de sucesso e progresso nacional; ----------

----------5. Reafirmar o empenho desta Assembleia Municipal em acompanhar a situação da educação e seus problemas e contribuir para a sua resolução, no âmbito das suas competências próprias e em articulação com a comunidade educativa. ----------

----------6. Realizar uma Assembleia Municipal temática sobre o " Estado da Educação no município de Sesimbra" a dinamizar pela Comissão de Lideres e pela Comissão 3 desta Assembleia. ----------

----------Dar conhecimento: Presidente da Republica, Presidente da Assembleia da Republica, Ministro da Educação, Grupos Políticos da Assembleia da Republica, Câmara Municipal de Sesimbra, Juntas e Assembleias de Freguesia de Santiago, Castelo e Quinta do Conde, Diretores de Agrupamentos de Escola do Concelho e Sindicatos do Setor da Educação."----------

----------Foi dada a palavra ao **Deputado Lobo da Silva**, que referiu que quando tinha recebido esta moção tinha ficado perplexo, fazendo uma retrospetiva daquilo que tinha sido feito pela "Educação" e pela Comissão 3. ----------

----------Salientou que a Comissão 3, durante mais de dois meses, tinha estabelecido contacto e reunido com todos os agrupamentos de escolas do concelho. Em conjunto com o Coordenador dessa Comissão, Deputado Rui João, tinha ficado assente que iriam elaborar um documento, que seria apresentado numa reunião desta Assembleia.----------

----------Esse documento seria melhorado, resultando em dois tipos de documentos: uma moção que visava a parte que dizia respeito ao Estado Português, nomeadamente Ministério da Educação e uma recomendação à Câmara, porque nessas visitas que tinham feito também tinham ouvido reclamações referentes à Câmara. ----------

----------Entretanto não tinha sido feito nenhum documento, tinham ido e voltado de férias, no entanto

tinha contactado o Coordenador da Comissão, no sentido de saber se iriam fazer os tais documentos antes ou depois da cerimónia de "receção à comunidade educativa" e tinham chegado à conclusão de que seria melhor fazer a tal documentação posteriormente, pois até já teriam uma imagem de como tinha corrido a abertura do ano letivo, pelo que estava agora estupefacto com o aparecimento de uma moção da CDU sobre a matéria da educação. ----------

----------Disse que não sabia se o Coordenador tinha participado ou não nesta Moção, se tinha sido ultrapassado ou não, mas o que sabia era que a Comissão tinha sido ultrapassada e não lhes tinha sido dado qualquer esclarecimento. Salientou que se era para trabalharem dessa forma, não valia a pena.---

----------Sugeriu à Presidente da AMS que na próxima reunião da Comissão de Líderes fosse definida uma posição, ou seja, matérias que estivessem a ser analisadas pelas Comissões, as bancadas não deviam apresentar documentação sobre esses temas, pois o que estava a acontecer era uma falta de respeito pela Comissão.----------

----------A Comissão tinha trabalhado, tinha definido uma estratégia e agora aparecia-lhes a CDU a falar sobre educação e no estado da educação no município de Sesimbra, onde havia certamente situações em que estavam de acordo e noutras não, questionando se esse momento seria só para marcar a posição da CDU face à educação e estavam um bocado atrapalhados se não apresentassem esse documento. Frisou que estava estupefacto com essa situação, e que a sua bancada não estava em condições de votar favoravelmente esse documento, pelas razões que tinha acabado de explicar.----------

----------Interveio o **Deputado Manuel José Pereira** que referiu que globalmente lhe parecia bem os termos da moção, no entanto tinham aí alguns "mas". Salientou que de qualquer forma, o PS subscrevia as considerações que o Deputado Lobo da Silva tinha feito sobre a Comissão, não na íntegra porque achava que a posição de voto não podia ter que ver com as questões em relação à Comissão. Referiu que eles também estavam envolvidos nesse trabalho e havia aí qualquer coisa que não tinha funcionado como deveria, pelo que achava que deveria ser analisado e ponderado. ----------

----------O comentário da sua bancada tinha mais a ver com o 3º ponto deliberativo da moção. Quanto a eles o setor da educação pré-escolar também fazia parte do setor de educação e não haviam nesta moção referencias sobre esta matéria, quando sabiam que Sesimbra à data tinha um conjunto de problemas gravíssimos nessa área, como o caso recente do externato Santa Joana, as extremas dificuldades pelo o que passava a Casa do Povo e outras instituições que também se dedicavam ao setor da educação, embora das crianças mais novas. ----------

----------Salientou que naturalmente, a situação de debilidade das finanças municipais também ajudava

um pouco a que estas situações não se resolvessem com a normalidade com que se resolveriam se a situação fosse outra, mas achavam que a moção também devia ter tido o cuidado de fazer uma referência a esses problemas, que eram do setor da educação e afetavam o Governo mas também o Poder Local. ----------

----------Quanto à proposta feita, para a realização de uma Assembleia Municipal temática, o PS concordava em absoluto com isto e até ia ao ponto de sugerir que a mesma pudesse ser feita na Quinta do Conde, uma vez que consideravam que a questão da Escola Secundária do Perú era a mais grave que tinham nesta área, independentemente da gravidade das restantes. Em alternativa, a nova escola básica de Sampaio, inaugurada recentemente, também poderia ser um bom local. ----------

----------O PS de Sesimbra tinha feito uma série de sugestões aos Deputados de Setúbal, aquando da discussão na especialidade do Orçamento de Estado, para serem apresentadas ao Governo e uma delas na área de educação, que tinha a ver com a possibilidade de excecionar os limites à contratação de pessoal pelas Câmaras, que estivessem em assistência de PAEL, da área da educação, e isto porque os exemplos de contratações através de contratos de emprego e inserção para auxiliares de educação não vinham a ser em geral bem-sucedidos e não parecia que viessem a ser solução para o problema. ---------

----------Interveio de seguida o **Deputado Miguel Ribeiro**, que disse que em relação a esta matéria o MSU também gostaria de demonstrar o seu desapontamento pelo que tinha sucedido. Tinham andado durante cerca de dois meses a falar com os Diretores de Escola, no sentido de avaliarem as necessidades e os problemas com que se debatiam. ----------

----------Tinham um plano de ação ao nível da Comissão 3, no entanto tinham chegado aí e visto que o plano tinha saído completamente gorado. ----------

----------Referiu que não iria falar em má-fé, dado ser uma palavra muito forte, mas gostaria de salientar que não era assim que se trabalhava e as Comissões existiam por uma razão. Os elementos das Comissões trabalhavam por uma razão e motivo e aí esse documento, por muita razão e bondade que tivesse no seu teor poderia ter sido enriquecido se tivesse havido um contacto com os restantes membros, pelo menos da Comissão 3, o que não tinha acontecido. Ainda assim, entendiam que o documento propriamente dito, à margem desta questão merecia ter um voto favorável, deixavam no entanto essa ressalva para situações futuras, porque como era óbvio não era assim que se trabalhava em democracia.----------

----------Interveio o **Deputado Rui João Rodrigues** que salientou que, em primeiro lugar, essa moção não colocava em causa de forma alguma o trabalho da Comissão 3. Em 2º lugar o trabalho da Comissão 3,

como já tinha afirmado várias vezes aos colegas de Comissão era um trabalho que não estava acabado e que iria ter continuidade. ----------

----------Esta moção versava sobre uma questão política que tinha a ver com o início do ano letivo, os cortes do orçamento geral de estado e os dados da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) em relação ao ranking de Portugal na educação. A CDU era legítima e tinha legitimidade para tomar uma posição política na forma de Moção sobre este assunto. Mal estaria ele, ou qualquer dos Deputados, se quisesse escrever uma Moção sobre a educação e tivesse que reunir a Comissão 3.----------

----------Referiu o exemplo da Assembleia Municipal temática sobre o POPNA, sendo que a proposta de realização daquela Assembleia não tinha emanado da Comissão responsável pelo tema. De qualquer forma tinha sido unanime, por parte da Assembleia Municipal, a legitimidade para se efetuar essa Assembleia. ----------

----------O trabalho da Comissão 3, tal como ele tinha dito não se esgotava. Esta versão versava sobre 3 factos reais, 3 acontecimentos que estavam a ocorrer naquele momento, o início do ano letivo, os cortes no orçamento e os dados da OCDE, pelo que a bancada da CDU esperava que esta Assembleia Municipal votasse a favor deste documento.----------

----------Salientou que o Deputado Lobo da Silva teria oportunidade de brilhar, pois estava aí uma proposta para a realização de uma Assembleia Municipal temática sobre a educação, em que a Comissão 3 não ficava de fora, na medida em que iria ser parte integrante da organização desta Assembleia, ao contrário das outras que vinham a ser organizadas pela Comissão de Líderes. ----------

----------Aqui o Deputado teria oportunidade de expor os seus pontos de vista e da bancada do PSD, sobre a educação, e certamente o Deputado não iria pedir autorização à Comissão 3 para expor o seu ponto de vista político, da mesma forma que ele enquanto membro da Assembleia Municipal, eleito pela CDU, não tinha que pedir autorização aos membros da Comissão 3 para expor os pontos de vista políticos desta bancada, estivesse de acordo ou não com eles.----------

----------Foi dada a palavra ao **Deputado Lobo da Silva**, que disse ser evidente não irem agora entrar nesse tipo de diálogo, na medida em que não era benéfico e achava que tinham que ter alguma contenção.----------

----------Dirigindo-se ao Deputado Rui João salientou que a bancada da CDU era livre de apresentar as moções que quisesse, no entanto questionava se era ou não verdade que no seio da Comissão 3 tinham decidido apresentar dois documentos: um mais global, que visava nomeadamente o Governo e o

Ministério da Educação e outro Câmara, questionando o Deputado porque é que não tinha reunido a Comissão ou, em alternativa, feito o documento e solicitado opiniões, e apresentar o mesmo na Assembleia em nome da Comissão 3. Poderiam ter sido englobados nessa moção pontos, como os cortes no Orçamento e os dados da OCDE, isso assim é que tinha sido um bom trabalho sem qualquer problema. ----------Salientou que alguns Deputados eram obrigados a votar como o Partido queria, no entanto o PSD votava em consciência, não votando como o Partido queria. Referiu que o Deputado deveria reconhecer aí, perante esta Assembleia, que tinha sido ultrapassado. ----------

----------Interveio o **Deputado Manuel josé Pereira** que referiu que este equívoco prendia-se sobretudo com o título da moção, e o título da moção é que estava errado. Os indicadores da OCDE, o início do ano letivo e os cortes orçamentais não tinham aplicação específica em Sesimbra. A moção não estava feita para o caso de Sesimbra, pois estava feita para uma crítica ao Governo, na política de educação do país, e este tipo de equívocos é que não ajudavam nada a que os trabalhos decorressem da melhor forma. -----

----------Solicitou o uso da palavra o **Deputado Rui João Rodrigues** que disse aceitar a sugestão do Deputado Manuel José Pereira e em vez de constar na moção o título "O estado da educação no município", poderia constar apenas "O estado de educação" . ----------

----------Acrescentou que, o Deputado Manuel José Pereira referira o ponto 3, e a questão das IPSS, nomeadamente o Santa Joana e a Casa do Povo, esclarecendo que nesse ponto referira-se apenas ao que era competência da autarquia, e as IPSS não eram competência direta das autarquias. Era uma situação que os preocupava a todos e que devia preocupar como o caso do Santa Joana, mas as IPSS por enquanto não eram competência das autarquias, daí não as ter referido. ----------

----------Disse não querer entrar em diálogo, mas um pouco em defesa da honra, gostaria de frisar que aquilo que tinha ficado combinado na Comissão 3, seria de facto elaborarem dois documentos, mas que seriam essencialmente sobre a necessidade de construção da Escola Secundária da Quinta do Perú, as obras na Escola Navegador Rodrigues Soromenho e as obras na Escola Secundária de Sampaio, e em nenhum parágrafo vinha referido nenhum destes assuntos. ----------

----------Interveio o **Deputado Francisco Jesus**, que disse que começava por dizer e reafirmar aquilo que já tinha sido dito. Referiu que, tal como o próximo documento que iria ser discutido, poderia causar alguns incómodos a determinados Deputados, até pelo conteúdo que encerrava em si. ----------

----------Na sua opinião não havia nenhuma incompatibilidade entre os trabalhos de uma Comissão e de uma Assembleia Municipal ou outra qualquer, com aquilo que era uma apreciação genérica e global de uma força política, que reunia em si a sua própria autonomia para apresentação deste tipo de

documentos, e que traduzia o pensamento que essa mesma força política tinha sobre determinada matéria e como *timing* que eles consideravam ser o certo para a sua apresentação, tal como o poderia ser na justiça, que também tinha sido acompanhado nesta Assembleia, ou outro assunto qualquer.------

----------Esta era uma moção genérica, reconhecendo que o título poderia ser excessivo, face ao conteúdo, mas na verdade o documento traduzia o pensamento de uma força política, num *timing* e períodos certos, que refletia a sua autonomia democrática e de pensamento. Disse ser obvio poder ter a discordância de algumas forças politicas. ----------

----------A questão que tinha sido colocada sobre o pré-escolar, independentemente de ser uma IPSS ou público, era uma matéria que na sua opinião poderia ser perfeitamente enquadrada na Assembleia Municipal temática e no trabalho que pudesse ser feito para o desenrolar dessa Assembleia. ----------

----------Salientou que não havia aí nenhum trauma, nem problema, havia sim uma posição clara política de uma força politica, autónoma e que em democracia as outras obviamente tinham que aceitar, que se pudesse colocar à discussão essa linha de pensamento. Em nada chocava, pelo que não aceitavam esse condicionamento de posições e de argumentos que pudessem obstruir a fluidez da democracia e autonomia de uma força politica.----------

----------Quanto à questão, que às vezes lhe causava alguma impressão, de afirmar-se que se votava em consciência, ele dava o exemplo mais conhecido do voto em consciência do partido que suportava a maioria no Governo, que tinha sido o da reorganização administrativa das Juntas de Freguesia e se fossem todos a votar em consciência, à data ainda teriam 4259 freguesias, mas tinham 3091. ----------

----------O **Deputado Nuno Nabais** lembrou que estavam perante uma situação muito grave de desinvestimento na escola pública e de desvalorização da classe docente desde há vários anos. Estavam a hipotecar o presente e o futuro do país, e grosso modo aquilo que era apresentado aí tinha uma clara natureza política, ou seja, era uma posição frontal e clara de oposição a uma política que tinha nos últimos 3/4 anos desinvestido enormemente na educação ao ponto do orçamento ter sido reduzido em menos 25%. ----------

----------Disse ser evidente que havia boa intenção e uma intenção clara de chamar a atenção a este órgão autárquico de Poder Local para o problema gravíssimo da educação no país e a projeção desse mesmo problema no concelho, daí a pertinência das palavras finais no sentido de convidar todos para realizarem uma jornada de reflexão em torno do estado da educação no concelho. Julgava que quaisquer que fossem as forças políticas, era unânime considerar que o estado da educação no país era gravíssimo. Se quisessem esconder este facto estavam a esconder o futuro dos seus jovens e do país. ----------

----------Encerrado o período de intervenções, a presidente da Assembleia colocou a moção a deliberação, lembrando que o título da mesma fora alterado para ***"O Estado da Educação".*** ----------

----------A Assembleia Municipal **aprovou, por maioria,** com 22 votos a favor (13 da CDU, 6 do PS, 2 do MSU e 1 do BE) e 2 votos contra do PSD/CDS-PP, a **Moção subordinada ao título "O Estado da Educação**"

----------O **Deputado Lobo da Silva**, apresentou em nome do PSD/CDS-PP, a seguinte **Declaração de Voto:**

----------*"Votamos contra porque achamos que esta situação do estado da educação deveria ter vindo através da Comissão 3. O documento deveria ter sido feito conforme estava combinado e não aparecer à revelia da Comissão, porque esta moção contempla situações verdadeiras em que para eles, PSD, se tivesse vindo da Comissão 3, teriam votado favoravelmente, no entanto dessa forma não o podiam fazer".*

----------O **Deputado Miguel Ribeiro,** em nome do MSU, fez a seguinte **Declaração de Voto:----------**

----------*"Na reunião da Comissão 3, responsável pela área da Educação, realizada em 14/07/2014, os elementos da Comissão, onde se inclui o seu coordenador Rui João, acordaram «…que deviam preparar uma moção ao Governo e uma recomendação à Câmara e que estes documentos seriam apresentados para apreciação e votação, no PAOD da sessão ordinária da Assembleia Municipal, a realizar no mês de Setembro.», o que não veio acontecer, tendo esta resolução sido adiada para momento posterior à disponibilização à Comissão de dados referentes à abertura do ano letivo no concelho de Sesimbra.* ------

----------*Ora, a apresentação de uma moção de forma isolada por parte da CDU, que igualmente integra a referida Comissão 3, à margem do que havia sido previamente acordado, constitui na perspetiva do Grupo Municipal do MSU, uma clara manifestação de deslealdade para com os restantes membros da Comissão e um duro revés para a credibilidade do trabalho que tem sido desenvolvido nos últimos meses, num sector tão sensível como é a Educação.* ----------

----------*Esperávamos que todas as forças políticas que integram a Comissão 3 pudessem elaborar em conjunto a dita Moção, a qual sairia certamente enriquecida pelas diferentes perspetivas políticas em presença e, consequentemente, teria maior força e uma aceitação unânime.* ----------

----------*No entanto, a CDU preferiu adotar uma atitude de pura afirmação política, o que lamentamos. Não podemos aceitar o argumento invocado pela CDU de que, tal como qualquer força política com representação na Assembleia Municipal, é livre para apresentar moções e outros documentos, o que seria verdade caso não tivesse havido um prévio comprometimento político dos seus membros no âmbito da Comissão 3.* ----------

----------*Ainda assim, não obstante as reservas supra mencionadas e pese embora algumas ideias e expressões utilizadas não mereçam a nossa concordância, nomeadamente no corpo principal da Moção,*

entendemos que a mesma, em especial nos pontos constantes da proposta de deliberação, merece o voto favorável dos eleitos do Grupo Municipal do MSU" ----------

----------A Presidente de seguida deu a palavra ao **Deputado Alain Grenho** para que este lesse a **Moção com o título "Contra o desmantelamento do estado social, contra o empobrecimento, contra o orçamento de estado para 2015":** ----------

----------*"O governo PSD-CDS apresentou no passado mês de Outubro o orçamento de estado para 2015. Um orçamento que segue o rumo dos anteriores na imposição de medidas de empobrecimento dos portugueses, de corte e congelamento de salários e reformas, de congelamento de carreiras e despedimentos na Administração Publica, de ataque aos direitos sociais de todo o povo dificultando de forma gravíssima o acesso à educação, à saúde, à justiça e à segurança social. Este orçamento contraria a enorme campanha de propaganda do governo, pois não se constitui como orçamento de viragem, nem amigo das famílias, muito menos um orçamento preocupado com a justiça social, o crescimento e o relançamento económico do país como querem fazer crer.* ----------

----------*O orçamento para 2015 visa o aumento generalizado dos impostos sobre os trabalhadores e o povo que para além da brutal injustiça fiscal do maior aumento de impostos diretos sobre o trabalho que há memória, vem carregar ainda mais nos impostos indiretos com a chamada fiscalidade verde. Um aumento de cerca de 8% que se traduzirão em novos aumentos nos combustíveis, no gás, no imposto de circulação, nos transportes públicos, no IMI com o fim da cláusula de salvaguarda, entre outros.* ---------

----------*Para quem trabalha ou trabalhou, o orçamento de estado deixa a promessa de uma improvável devolução da injusta sobretaxa do IRS, mas para o grande capital o cumpre de imediato da baixa dos seus impostos com a diminuição da taxa do IRC, mais as rendas das PPP, as privatizações, os benefícios fiscais, o aumento dos juros pagos pela dívida e que no próximo ano serão de mais 400 milhões de euros, um serviço da dívida brutal de 8 mil e 200 milhões de euros, mas corta no rendimento social de inserção, nos abonos, no complemento para idosos, nos desempregados. Congela mais um ano o indexante social para baixar o valor de todas as prestações, continua o ataque às funções sociais do estado visando o seu desmantelamento, corta na Educação e agrava o financiamento dos serviços públicos, essenciais à vida das populações. Este orçamento do estado é na realidade mais um que espelha o total fracasso da governação como confirma que as políticas desenvolvidas visam apenas e somente reconfigurar o estado à medida dos interesses dos grandes grupos económicos.* ----------

----------*Este é finalmente um orçamento que fecha um ciclo de uma governação de que os portugueses desejam ver-se livre e que bateu todos os mais indesejáveis recordes que um país pode aspirar deixando*

um rasto de destruição e miséria incomparável. ----------

----------*Face ao exposto, a Assembleia Municipal de Sesimbra reunida em 07 de Novembro delibera:* -------

---------- *1 - Repudiar o orçamento de estado apresentado e por consequência o desmantelamento do estado social e o empobrecimento do País protagonizado pelo governo.* ----------

---------- *2 - Exigir uma política alternativa que vise a defesa dos salários, pensões, prestações sociais, funções sociais do estado, apostando no crescimento económico e desenvolvimento do País.* ----------

---------- *Enviar esta moção: Ao Sr. Presidente da República, à Sra. Presidente da Assembleia da República, ao Sr. Primeiro-ministro, aos Grupos Parlamentares com assento na Assembleia da República, às Câmaras e Assembleias Municipais da Área Metropolitana de Lisboa e Península de Setúbal, à Associação Nacional de Municípios Portugueses e à Associação Nacional de Freguesias."*----------

----------O **Deputado Manuel José Pereira** solicitou o uso da palavra, referindo que concordavam genericamente com o conteúdo e não tinham razões para não votar, mas gostavam de fazer um reparo quanto à questão da baixa da taxa do IRC, pois achavam que era uma referência desajustada porque o objetivo central da reforma do IRC, tinha sido beneficiar em especial as pequenas e médias empresas e atrair ou voltar a incentivar o investimento. ----------

----------Acrescentou que não se sabia ainda, mas provavelmente ainda estaria a ter algum impacto na retoma do emprego e no abaixamento da taxa do desemprego. O PS não tinha aquela postura contra as grandes empresas e o grande capital, que o PCP às vezes apregoava mas que por vezes às vezes também não praticava. ----------

----------Disse ainda que, para além das propostas que tinham feito aos Deputados do PS para a discussão na especialidade na área da educação, tinham feito também propostas na área da saúde, enquadrando-se isto na perspetiva da possibilidade de melhoria junto do Governo das Comissões do Orçamento de Estado, na área da saúde a possibilidade de contratação de médicos de medicina geral e familiar aposentados em regime de meio tempo para as unidades de cuidados de saúde primários. ----------

----------A questão do Hospital Sesimbra-Seixal, para que o Governo sentisse que era preciso estudar bem e avançar com aquele Hospital; na área da educação já tinha referido; na área da administração local, a reposição da cláusula salvaguarda do IMI; a reposição das 35 horas semanais pelo menos nas autarquias locais; na área da economia social, a reposição da taxa da restituição do IVA às IPSS para ajudar ao seu regular funcionamento, pelo menos àquelas que tivessem uma verdadeira dimensão social. ----------

----------Salientou que estas eram algumas das propostas que o PS Sesimbra tinha feito em atenção a problemas concretos do concelho e que podiam ter algum reflexo na discussão do Orçamento de Estado

na especialidade.----------

----------Interveio o **Deputado Miguel Ribeiro** que referiu que a MSU tinha lido atentamente esta moção, concordando com alguns pontos, mas no geral entendiam que refletia a posição que era habitual da CDU nestas matérias. Não podiam fazer uma crítica absoluta a tudo o que vinha a ser a governação, na medida em que existiam alguns aspetos que eram positivos. Neste sentido, a posição do MSU a respeito desta moção, seria a de abster-se.----------

----------Foi dada a palavra ao **Deputado Alain Monteiro**, que referiu que quanto às questões levantadas pelo PS, não concordava que a reforma do IRC tivesse sido positiva, nomeadamente nas pequenas e médias empresas, pois quem ia lucrar com essa baixa do IRC seriam os grandes grupos económicos porque estavam a falar de milhões de euros para esses grandes grupos, enquanto para uma pequena ou média empresa estavam a falar de centenas de euros, se tanto. ----------

----------Recordava-se de ouvir nas notícias, nomeadamente o 1º Ministro a dizer que preferia baixar a sobretaxa de IRS do que aceitar a tal reforma do IRS, pelo que logo por aí se via que a reforma do IRS também constituía uma grande ilusão. ----------

----------Quanto à questão levantada pelo Deputado Miguel Ribeiro salientou que o PCP também não era contra tudo e contra todos, não podia era admitir o que se estava a passar em Portugal e a forma como a crise estava a ser gerida. Referiu que tinham sido apresentadas ao longo dos últimos anos muitas propostas que colidiam com a ideologia do Governo e daí não as aceitarem, mas também não eram contra os grandes grupos económicos, a não ser obviamente contra o seu favorecimento em relação às pequenas e médias empresas.----------

----------Usou da palavra o **Deputado Miguel Ribeiro** que explicou que o que tinham querido dizer quando se tinham pronunciado relativamente a esta moção, era que todos conheciam os problemas que os portugueses vinham a ter e que a governação que vinha a ser levada a cabo nos últimos anos tinha sido francamente negativa para os portugueses, no entanto existiam alguns indicadores positivos na retoma da economia e daí a opinião de que havia aspetos que poderiam ser valorizados ao nível da governação.

----------Interveio o **Deputado Eduardo Amigo**, que referiu que, no que dizia respeito à moção apresentada pela CDU sobre o Orçamento de Estado, o PSD não ficava surpreendido com a posição da CDU aí nessa assembleia, assim como não surpreendia a posição do PS ou de qualquer outra das bancadas. Toda a oposição da Assembleia da República estava contra o Orçamento pelas razões que eram deles e não do PSD.----------

----------O PSD entendia que este era um Orçamento que consolidava as medidas de correção da situação

em que Portugal estava aquando do pedido de intervenção da União Europeia e do FMI, a chamada Troica. Sabiam como o país se encontrava na altura e que se encaminhava rapidamente para uma bancarrota e depois desses dois ou três anos de medidas corretivas, obviamente que o ano de 2015 não poderia ser muito diferente a nível de Orçamento de Estado dos anos anteriores, no entanto dizer-se numa moção que o Orçamento visava o aumento generalizado dos impostos, por tal injustiça fiscal, carregar nos impostos indiretos, que visa impor medidas de empobrecimento, quanto a si isso não era razoável sequer. ----------

----------Salientou que obviamente todas estas medidas eram medidas difíceis e ninguém no seu perfeito juízo, se não tivesse uma visão clara sobre o estado em que estavam e sobre o estado a que queriam chegar, ninguém tomaria esse tipo de medidas, a não ser que quisessem conduzir o país ao descalabro de que estava à beira.----------

----------As medidas que se tinham tomado, e que se iam continuar a tomar em 2015, eram medidas necessárias para que se conseguisse aquilo que já se estava a conseguir que era a correção do défice, para que em 2015 o défice ficasse abaixo dos 3% e para que se continuasse a consolidar a baixa do desemprego, que tinha atingido níveis que essa bancada tinha reconhecido várias vezes que eram demasiado altos, no entanto isso felizmente já estava em correção. ----------

----------Voltou a salientar que as palavras que eram usadas nessa moção eram excessivas, face áquilo que consideravam ser necessário por parte do Orçamento de Estado apresentado por um Governo que fosse minimamente sério. ----------

----------Na opinião do PSD o Orçamento de Estado era um orçamento que prosseguia a conciliação das contas públicas e por outro lado, era um orçamento que visava articular a arrecadação de receitas com a despesa sem ultrapassar os limites de défice com que se comprometiam, porque dizer-se, por um lado, que se estava a desmantelar o estado social porque se estava a reduzir na despesa uma série de coisas, e por outro lado, que não se queriam aumentar as receitas e que se estava numa operação de saque, isto não fazia muito sentido então o que é que poderiam baixar? Salientou que a posição do PSD era a de votar contra esta moção.----------

----------Interveio o presidente da junta de freguesia do Castelo, e **Deputado Francisco Jesus** que relativamente à questão da moção em concreto e do aumento dos impostos e da carga fiscal, referiu que grosso modo os 3 grandes impostos, IRS, IRC e IVA não tinham nenhuma alteração relativamente áquilo que tinha sido a proposta do Orçamento de Estado do ano anterior.----------

----------Aquilo a que assistiam nesse ano, também grosso modo, era ao aumento de um imposto ao

abrigo da fiscalidade verde, que era o imposto encapotado. Se iam pagar mais imposto sobre o combustível, não era IRC nem IVA mas iam pagar mais, pois os aumentos de eletricidade iam ser maiores por exemplo, ou seja, não havia aí nenhuma baixa de impostos, antes pelo contrário. Era verdade que também não havia um aumento naqueles que eram os impostos principais, mas nas palavras do PSD isto era um Orçamento de viragem. ----------

----------O PCP não era contra uma redução do IRC, não podia era ser favorável a uma redução do IRC tendo em conta um pressuposto que não era especificamente para as PME's, (Pequena se Médias Empresas) era uma redução do IRC prevista para todas as empresas, e obviamente conforme o deputado Alain Monteiro tinha referido na sua intervenção, tinha um impacto muito maior nas empresas com maior volume de negócios, e a verdade também era que não podiam acompanhar esta redução de IRC quando era feita à custa de todos os outros impostos. ----------

----------Especificou que se houvesse uma redução do IRC, mas também uma redução da sobretaxa do IRS e eventualmente da taxa do IVA, provavelmente não estariam aí com esses discursos, não podiam era acompanhar simultaneamente uma redução específica para determinado grupo ou setor empresarial e obviamente a população em geral ficar normalmente com a mesma carga fiscal que já vinha a ter ao longo dos últimos anos, agravada agora por um conjunto de impostos acessórios e indiretos que iriam ser obviamente agravados.----------

----------Relativamente a uma questão muito específica, que era a reposição da salvaguarda do IMI, esclareceu que a salvaguarda do IMI tinha-se extinguido, sendo uma moratória, só havendo duas hipóteses, ou se criava uma nova salvaguarda ou se baixava os intervalos da taxa do IMI. ----------

----------Acrescentou que não podia deixar de referir, uma vez que essa moção era uma moção genérica, que essa situação teria impacto nas autarquias locais. O aumento dos 3 impostos, IRC, IRS e IVA no ano 2013 tinha correspondido a 17% face a 2012. ----------

----------As autarquias locais iriam ter um aumento de 5%, as freguesias nem isso porque iria ser igual ao ano anterior, quando pela aplicação da Lei das Finanças Locais os municípios no mínimo deveriam ter 1,9.52 milhões de euros mas iriam ter 1,600 milhões de euros, e mesmo nesta conta em que havia um aumento de 1,5 ou 1,8% das transferências onde se incluía o município de Sesimbra, outros nem tanto, havia aí a inclusão da taxa variável de IRS para a contabilização do fundo de equilíbrio financeiro, portanto havia aí um embuste criado pelo próprio Estado. ----------

----------Nem a Associação de Municípios conseguia reconhecer quais tinham sido os critérios de aplicação destes números. Aquilo que eles tinham, e aquilo que eles conheciam era que havia uma arrecadação de

17% face ao ano anterior. Havia o resultado da aplicação de 19,25% da média aritmética dos 3 impostos que deveriam ser receita dos municípios e que corresponderia a 1,952 milhões de euros. Frisou que se fosse pela anterior Lei de Finanças Locais, corresponderia a 2,350 milhões de euros, portanto já tinha havido uma quebra face à Lei das Finanças Locais aprovada no ano anterior, e que mesmo assim esses 1,952 milhões de euros eram reduzidos para 1,6 milhões de euros por imposição da própria Lei do Orçamento de Estado, e das freguesias nem se falava teriam direito a 202 milhões de euros e iam ter 184 milhões de euros. ----------

----------Salientou que era esta questão que eles falavam quando havia esta distribuição. Salientou que os municípios, vinham a ser o subsetor da administração pública que mais vinha a contribuir para a consolidação das contas, questionando qual era a vantagem que vinham a ter desse trabalho e esforço feito à custa das populações que não tinham os serviços que deveriam ter. O resultado era que tinham novos cortes no Orçamento de Estado, e era disso que estavam a falar não se tratando de uma questão do PSD ou do PS, pois era a questão do Governo que estava no poder à data. ----------

----------Acrescentou que quando se dizia que não surpreendia a posição do PCP, que era uma posição habitual, disse verdade e eles chamavam-lhe coerência ao passo que a oposição chamava-lhe posição habitual ou não surpresa ou não surpreendente.----------

----------O **Deputado José Guerra** usou da palavra, referindo que em relação a esta moção iria votar a favor, no entanto iria levantar algumas questões. Não iria pegar nos estudos da OCDE, das várias estruturas internacionais, dos vários economistas, desde o Prémio Nobel da Economia ao Paul Krugman, ou àqueles grandes economistas portugueses que não estavam vendidos ainda à estrutura governamental, como Castro Caldas, João Ferrador, Pedro Rodrigues, pessoas que discordavam completamente deste Orçamento e faziam uma leitura bastante fúnebre do que iria ser o futuro deste Orçamento. ----------

----------Disse ser verdade que a CDU mantinha uma certa coerência na defesa teórica fundamentalmente contra estas situações do IRC que só ia beneficiar as grandes empresas, contra uma série de variadas questões que deixava no vazio as pequenas e médias empresas, e os trabalhadores tanto da função pública, como do setor privado, mas o que era verdade era que em momentos importantes da luta contra este Governo e lembravam-se do verão de 2013, quando o Governo estava em queda e "encostado à parede", a CDU tinha recuado e desistido da continuação da luta quando se tinha posto na rua um milhão e quinhentas mil pessoas em manifestação, após o 25 de abril de 74, quando vários movimentos sociais se deteram, quando a CGTP convocava a greve geral e a partir daí entrava-se de "férias" e deixava-se que

o Governo continuasse de pedra e cal a decidir as suas questões. ----------

----------Foi dada a palavra à **Deputada Ana Paula Gato**, que disse gostar de fazer um breve comentário à intervenção do Deputado Eduardo Amigo, para dizer que esse tipo de reflexões do PSD sobre o Orçamento de Estado, e sobre as políticas de austeridade se tornava já cansativo e devia resultar de alguma confusão, pois não estava de acordo com todos os indicadores que lhes eram demonstrados pelo INE (Instituto Nacional de Estatística), e por outros organismos nacionais e internacionais.----------

----------Tinham vindo a piorar os indicadores sociais, de saúde, crescimento populacional, assistindo-se à diminuição da taxa de natalidade, o desemprego estava a aumentar, assim como a subida da emigração aos níveis da década de 60, não lhe parecendo que este discurso, com este Orçamento de Estado, que vinha na continuidade dos anteriores, o país fosse miraculosamente entrar numa era de felicidade eterna. Isto a si fazia-lhe alguma confusão porque era com certeza um discurso algo longe da realidade.

----------O **Deputado Eduardo Amigo** referiu que se todos aqueles indicadores que a Deputada tinha referido fossem avaliados numa perspetiva pós bancarrota, à qual tinham estado à beira, provavelmente não seriam melhores dos que tinham à data.----------

----------Foi dada a palavra ao **Deputado Francisco Cordeiro** que referiu que este Orçamento de Estado, era apelidado do pior Orçamento de Estado de sempre. Quando se falava na baixa do desemprego percebiam que era uma baixa de desemprego mascarada com muitas formas, uma delas a emigração, e por "dá cá uma palha" retiravam-se inscrições do Centro de Emprego, através dos contratos de emprego e inserção, ou seja, havia aí muita forma de mascarar o desemprego e de criar a ilusão de que as pessoas estavam empregadas. ----------

----------No entanto, cada um dos presentes, no seu seio familiar ou núcleo de amigos via precisamente o contrário daquilo que o Governo dizia, havendo cada vez mais pessoas desempregadas, a ganharem cada vez pior, com situações de emprego precárias. O investimento público era praticamente nulo, e tinham um Orçamento de Estado que apontava para isso. ----------

----------O programa se assistência, a que muitas pessoas chamavam pacto de agressão, dos 78 milhões de euros não tinha havido um cêntimo para a produção nacional e do pagamento da mesma consoante a produção nacional, porque isso era uma situação que devia ser analisada e que poderia relançar o país, e a dívida que tinham nunca a iriam conseguir pagar da forma que estava a ser feita. ----------

----------A toda a hora se ouvia falar do desmantelamento dos serviços públicos, desde a saúde, educação e justiça, em que as pessoas cada vez pagavam mais e cada vez mais mal servidas, porque não havia profissionais nem serviços de proximidade, pelo que questionava onde é que este país iria parar. --------

---------- Acrescentou que se continuava com cortes em toda a linha aos trabalhadores, aos aposentados, continuava a austeridade e a divergir cada vez mais daquilo que tinha sido o "sonho" europeu. Relativamente àquele "relógio" tão acarinhado pelos partidos da maioria que sustentavam o Governo, em que parecia que a 17 de maio de 2014, tudo iria ficar muito bem, mas afinal parecia que iam de mal a pior. Se à 3 anos tinham uma divida de 93% do PIB, à data tinham uma divida de 132% do PIB, pelo que queria que lhe explicassem onde é que estavam esses sindicadores tão bons e maravilhosos que transformavam Portugal uns 20 anos depois outra vez no oásis da Europa.----------

----------Solicitou o uso da palavra o **Deputado Fernando Patrício** que disse gostar de relembrar que os estados não iam à falência nem à bancarrota, pois isso do ponto de vista económico não existia, pois ou pagavam a dívida ou não pagavam. ----------

----------A situação em que se encontravam tinha a ver com uma questão não de défice, mas com uma questão chamada de balança comercial. Em 2010 tinham-se confrontado com uma situação depois de tantos anos de políticas dos governos PS, PSD-CDS de terem um défice da balança comercial na ordem dos quatro mil milhões de euros no setor alimentar, na ordem dos 4 mil milhões de euros no setor de transportes, na ordem dos 4 mil milhões de euros no setor das telecomunicações e na ordem dos 4 mil milhões de euros no setor da indústria. ----------

----------Esse problema da balança comercial resolvia-se de duas maneiras, ou se retirava a capacidade de compra às pessoas com aquilo que tinha sido a opção deste Governo e desta forma as pessoas não faziam compras e não compravam produtos ao estrangeiro, e portanto reduziam o défice da balança comercial, ou então faziam a outra opção, e essa era uma opção do PCP, não era uma questão teórica mas sim uma questão prática, ou seja, aumentava-se a produção nacional e apoiava-se as empresas para produzir os produtos que estávamos a comprar ao estrangeiro e era assim que se resolviam os problemas do país e não com impostos.----------

----------Salientou que os portugueses estando no estado em que estavam, pagavam uma divida ilegítima. Deu o exemplo da Islândia, em que o Tribunal Europeu já tinha dado razão a este estado no sentido de que não tinha que pagar aquilo que era a divida ilegítima, e Portugal à data já sabia que estava a pagar uma divida de banqueiros que não teria de pagar, e por isso encontravam-se no estado em que estavam. O estado Islandês tinha pago apenas aos cidadãos que lá tinha o dinheiro, e aos fornecedores mas não tinha pago os jogos de bolsa, e não era obrigado a fazê-lo.----------

----------Em Portugal já sabiam que não tinham de destruir o país para pagar e salvar meia dúzia de banqueiros e capital monopolista. Eram opções políticas e de classe, que do ponto de vista da CDU eram

problemas que se resolviam pondo o país a produzir e não através de cortes de impostos e de setores, ou seja tinham um défice na balança comercial que só resolveriam se produzissem e não através de impostos e de cortes. ----------

----------Interveio o **Deputado Alain Monteiro** que referiu que tinha tomado algumas notas da intervenção do Deputado Eduardo Amigo e gostaria de responder a isso, "palavras excessivas" tinha sido o que tinha sido dito, mas certamente setecentos mil desempregados parecia-lhe mais excessivo do que as palavras usadas nessa moção. 30% de pobres em Portugal, que já ia em mais de 3 milhões de portugueses pobres e continuava a crescer, mas isto se calhar também eram palavras excessivas. -------

----------Um Governo sério certamente prometia uma coisa e depois fazia totalmente o contrário, pois quando prometera tinha dito que tinha a noção do estado do país; cortes temporários que duravam para sempre, a acumulação de mais 20 chumbos e afronta vergonhosa ao Tribunal Constitucional pondo também em causa a própria Constituição; consolidação das contas públicas tendo o PS deixado a dívida a 96% do PIB, tendo ultrapassado mais de 130% do PIB. ----------

----------A questão da baixa do desemprego certamente à conta de estágios mas principalmente à conta da emigração e só no ano anterior tinham emigrado mais de 120 mil portugueses, o que era muito e tal como tinha dito a Deputada do PS, paralelo só mesmo no tempo da ditadura. ----------

----------Quanto à posição da CDU não surpreender ninguém, também a posição do PSD não surpreendia.

----------Concluídas as intervenções, a Presidente da Assembleia colocou a votação a **Moção com o título "Contra o desmantelamento do estado social, contra o empobrecimento, contra o orçamento de estado para 2015"**, tendo a mesma sido aprovada**, por maioria, com 20 votos a favor, (13 da CDU, 6 do PS e 1 do BE), 2 votos contra do PSD/CDS-PP e 2 abstenções do MSU.- ----------**

----------O Deputado Manuel José Pereira fez, em nome do PS a seguinte **Declaração de Voto:** ----------

----------*"O PS votou a favor embora discordando da referência crítica à baixa do IRC, uma vez que se tratou de uma medida cujo objetivo central foi beneficiar as pequenas e médias empresas (vistas como um todo e não caso a caso como diz a CDU), a fim de atrair investimentos. Aliás, admitimos mesmo que esta medida esteja a ser a grande responsável pela baixa da taxa de desemprego e pela criação de novos empregos, dado que, como é bem sabido são as PME as grandes criadoras de emprego.* ----------

----------*De referir ainda que o PS Sesimbra remeteu um conjunto de propostas aos Deputados socialistas de Setúbal, tendo em atenção os problemas específicos do nosso município, que explicitamos:* ----------

----------*Área da Saúde:* ----------

----------*Possibilidade de contratação de médicos de medicina geral e familiar aposentados, em regime de*

meio tempo, para as unidades de cuidados de saúde primários; Hospital Sesimbra / Seixal.----------

----------*Área da Educação:* ----------

----------*Excecionar os limites à contratação de pessoal pelas Câmaras Municipais, ainda que em "assistência" PAEL, no caso especial da área da Educação (os exemplos de Contratos de Emprego Inserção para Auxiliares de Educação não são, em geral, bem sucedidos).* ----------

----------*Área da Administração Local:* ----------

----------*Reposição da cláusula de salvaguarda no IMI;*----------

----------*Reposição da semana das 35 horas, pelo menos nas Autarquias Locais.* ----------

----------*Área da Economia Social:*----------

----------*Reposição da restituição do IVA às IPSS, como forma de assegurar o seu regular funcionamento, pelo menos às que assumem uma verdadeira dimensão social".* ----------

----------O Deputado Miguel Ribeiro fez a seguinte Declaração de Voto, em nome do MSU:

----------*"A propósito desta Moção, entendemos que, de facto, o Orçamento do Estado de 2015 continua a penalizar os portugueses, reduzindo o investimento público em sectores chave da economia, como a saúde, a educação e o apoio social aos mais desfavorecidos.* ----------

----------*No entanto, existem alguns indicadores positivos de reversão de algumas situações, como é o caso da redução significativa da taxa de desemprego, mesmo contando com o número de portugueses que saem do país em busca de melhores condições de vida, e do aumento da aposta das empresas portuguesas nas exportações, essencial para o equilíbrio da balança comercial.* ----------

----------*Em suma, ainda que concordemos com o facto de o OE para 2015 ser um orçamento de injustiça, entendemos que o mesmo também resulta da falta de rigor orçamental e do excessivo despesismo público das últimas décadas, e que tornaram algumas das medidas de austeridade inevitáveis.* ----------

----------*Por todo o exposto, votamos no sentido da abstenção".* ----------

----------De seguida a **Presidente** deu a palavra ao **Deputado Manuel José Pereira** para que este fizesse uma intervenção, previamente solicitada.----------

----------O Deputado indicou que o PS pretendia intervir sobre o incumprimento legal do prazo de aprovação e envio à Assembleia Municipal do Orçamento e GOP's para 2015, passando a ler o seguinte: ----

----------*"O PS considera um absurdo legal a obrigatoriedade de aprovação do Orçamento e GOP's e seu envio à Assembleia Municipal até 31 outubro!* ----------

----------*O que implica começar a prepará-lo ainda antes do período de férias de verão, e sobretudo em momento de ainda grande indefinição quanto à execução orçamental do ano em curso;* ----------

----------E quando a proposta de OE é entregue a 15 out pelo governo e aprovada em votação final muito depois, com implicações muito evidentes na estimativa das receitas, em regra o 1º passo a ser concluído nos orçamentos municipais;----------

----------E também quanto às questões relativas à gestão de pessoal, nomeadamente aumentos da tabela ou outras (tipo cortes, devoluções, possibilidade ou não de contratar,…); ----------

----------E quando a AM apenas tem que deliberar até ao final de dez; ----------

----------Ou seja esta obrigação é mais um daqueles pontapés valentes na autonomia do Poder Local a que este governo da direita já nos habituou!----------

----------Ainda assim, consideramos contudo que, se a grande maioria das câmaras do distrito, bem como, 2º consta, de todo o País, conseguiram cumprir;----------

----------Quando, como sabemos, no ano em curso já vamos na 17ª ou 18ª alteração orçamental, que é um recurso sempre disponível (bem como a Revisão, caso não se consiga uma previsão aproximada); ----------

----------Tendo ainda em conta que suspeitamos que um dos principais obstáculos seja a dificuldade em acomodar toda a despesa prevista (bem como a dívida de curto prazo, valor que ainda tem um impacto relevante no total); ----------

----------Face à impossibilidade legal (justa? correta?) de incluir receitas extraordinárias além da média dos últimos 3 anos (tipo venda de terrenos e de habitação…), ----------

----------O PS optou por fazer esta intervenção em moldes de declaração política para registo em ata, solicitando que, enquanto este absurdo legal não for revisto, a câmara de Sesimbra tente ultrapassar as dificuldades e não deixe que o incumprimento da lei se transforme em regra!"----------

----------Finda esta intervenção, a presidente da Assembleia deu a palavra ao **presidente da Câmara.** ----

----------O presidente da Câmara disse que solicitara o uso da palavra só para fazer um comentário relativamente àquela declaração. Referiu que o PS reconhecia que era um absurdo que a Lei impusesse este prazo, mas acabava a dizer que a Câmara deveria cumprir esse absurdo. ----------

----------Disse não partilhar dessa opinião, referindo que a Lei de facto impunha que as Câmaras Municipais entregassem a proposta de Orçamento até ao dia 31 de outubro, mas não previa qualquer tipo de sanção para o facto de esse prazo não ser cumprido. ----------

----------A Lei das Finanças Locais também impunha que a DGAL comunicasse aos municípios até ao dia 31 de agosto quais eram as receitas que iria ter no ano seguinte e eles recebiam a previsão de receitas na 1ª semana de novembro já depois do prazo que a Lei obrigava a que os municípios tivessem o Orçamento aprovado. ----------

----------A Lei também impunha que o Governo no prazo de 120 dias regulamentasse a questão dos Planos plurianuais e também não o tinha feito, portanto a Lei se era para cumprir para uns, era para cumprir para todos. Acrescentou que também não estavam sozinhos nesse incumprimento, pois a Câmara de Lisboa, a maior do país, ainda não tinha aprovado o seu Orçamento até ao final do mês de outubro.-----

----------Finda a intervenção do presidente da CMS, a presidente da AMS comunicou a abertura do "**PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AOS CIDADÃOS**", comunicando que tinha um pedido de intervenção por parte do munícipe José Carlos de Almeida Fernandes Dias, sobre situações ocorridas na Lagoa de Albufeira. ----------

----------O munícipe começou por dizer que considerava um dever cívico estar aí, não se tratando de políticas. Esclareceu que tinha 30 anos de Sesimbra, sendo um sítio que conhecia desde miúdo, tendo tido uma casa durante muitos anos em Sesimbra. A dada altura preferiu mudar-se para a Lagoa de Albufeira, tendo adquirido um lote de terreno. Disse pensar reformar-se em breve e usufruir desse espaço. ----------

----------Passou a indicar que à cerca de 5 anos a essa data tinha adquirido um pequeno barco a remos para o seu filho andar na lagoa, e logo na 1ª ou 2ª vez que pôs o barco na água o filho sofreu um acidente tendo cortado 3 dedos com um vidro. Tinha decidido escrever sobre isto tendo feito uma carta/exposição a vários organismos incluindo o presidente da Câmara e Assembleia, no entanto só à data é que as coisas tinham começado a melhorar com algumas coisas que tinham sido feitas na Lagoa.----------

----------Solicitou que pensassem nos filhos e netos, pois tudo passava a correr e qualquer dia a lagoa já não era lagoa, pois toda a gente pescava, havia viveiros por tudo quanto era sítio, não fazendo sentido terem um património daqueles e o mesmo encontrar-se tão desprezado.----------

----------Um outro assunto tinha a ver com uma carta que tinha distribuído na semana anterior por todos os grupos políticos aí representados, assim como ao presidente da Câmara que tinha tido a amabilidade de o receber, tendo tido oportunidade de lhe expor o assunto.----------

----------Havia coisas que deveriam ser revistas, porque por exemplo, a quem não pudesse fazer uma casa, deveria ser-lhe dada a hipótese de fazer uma garagem ou um sítio onde pudesse estar minimamente para posteriormente quando pudesse fizesse o resto da casa. No seu caso, disse estar à cerca de 17 anos para fazer uma casa no terreno que tinha, e ao fim de uns anos depois de lhe terem prometido que podia construir, tinham-lhe vindo dizer que não podia, e tinham-no obrigado a fazer uma coisa que ele não gostava nem costumava fazer, mas tivera de fazer um pequeno telheiro para colocar o barco entre outras coisas, pois não tinha outro sítio, e o resultado tinha sido o de ser denunciado e estar sujeito a uma multa

de 200 a 500 mil euros, porque tinha sido obrigado a isso----------

----------Para si isto não fazia sentido nenhum, até mesmo em termos económicos e recursos para a Câmara. Salientou que não estava a pedir isto só para si mas para todos, havendo coisas que tinham mesmo que ser revistas. Disse que ficava à disposição para qualquer eventual esclarecimento ou alguma ideia que pudesse ser útil. Disse querer agradecer mais uma vez à presidente da Assembleia, pois já tinha recebido uma carta sua, e ao presidente da CMS agradecia o favor de rever a situação, pois havia coisas que não faziam sentido e ele não queria ser parte do problema mas sim da solução. Solicitou que meditassem no seu pedido. ----------

----------**A presidente** esclareceu que, tal como tinha sido solicitado, a carta tinha sido entregue a todos os líderes de bancada da Assembleia, e no caso da Assembleia Municipal tinham solicitado mais informações ao presidente da Câmara, que em tempo oportuno faria certamente chegar o ponto de situação desta matéria mas certamente com outras informações que nesse momento não possuíam. ----------

----------A presidente deu passagem ao **Período da Ordem do Dia,** com o 1º Ponto da Ordem de Trabalhos.----------

----------**Fixação da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) a aplicar em 2014, a cobrar em 2015;**

----------Informou que este assunto tinha sido apreciado no seio da Comissão 5, cujo Coordenador era o Deputado Pedro Mesquita, onde tinham sido abordados também os outros assuntos da ordem de trabalhos desta sessão. A reunião tinha-se realizado no anterior dia 3, com a presença do presidente da Câmara, do Vereador José Polido e uma técnica da Câmara.----------

----------Questionou o **Deputado Pedro Mesquita** se entendia fazer algum comentário sobre esta matéria, tendo o Deputado confirmado as informações da presidente e referido que nessa reunião tinham sido prestados os esclarecimentos solicitados, julgando que de uma forma geral as bancadas tinham sido esclarecidas.----------

----------**A Presidente** informou que, para além da apreciação na respetiva Comissão, tinha sido enviada pelo Bloco de Esquerda uma proposta, a qual contemplava alguns dos pontos relacionados com a proposta apresentada pela Câmara Municipal, mas também propunha a aplicação de coimas.----------

----------A **proposta** apresentada pelo **Bloco de Esquerda** foi a seguinte: ----------

----------*Proposta sobre o Imposto Municipal sobre Imóveis a cobrar em 2015* ----------

---------- *Muitos dos nossos munícipes vivem uma situação de grandes dificuldades de sobrevivência, por causa do aumento em grande escala do desemprego e da precariedade, que se traduz numa situação, em muitos casos, de grande carência económica. O Bloco de Esquerda entende que a política fiscal da CM*

tem de garantir o funcionamento dos serviços públicos, que o município deve assegurar aos seus cidadãos, mas também tem de procurar minimizar os ataques da atual política governamental. O que vemos é que no cálculo final do IMI, não se contabiliza a capacidade económica que as famílias têm, e sugerimos uma alternativa aos valores propostos pela CM. ----------

----------a) Prédios rústicos 0,8% ----------

----------b) Prédios urbanos 0,65% ----------

----------c) Prédios urbanos avaliados nos termos do CIMI 0,35% ----------

---------- Minorar por um período máximo de 5 anos as taxas a partir de 2015 para os prédios, cujos proprietários comprovem até 30 de Junho de 2015, comprovem terem nos últimos 6 anos terem realizado obras de reabilitação, de acordo com os seguintes critérios: ----------

---------- Recuperação integral do prédio (externa e interna), sem aumento da STP – 30% ----------

---------- Recuperação geral externa ou recuperação geral de infraestruturas internas sem aumento da STP – 20% ----------

---------- Recuperação parcial ou recuperação do prédio com aumento da STP – 10% ----------

---------- E para poder ser possível tentar ao máximo corrigir as injustiças, propomos a criação de uma coima extraordinária, sobre os prédios degradados, por incúria ou interesses pessoais dos proprietários. E sobre habitações desabitadas há 2 ou mais anos, nunca habitadas, ou propriedade de bancos, imobiliárias e outros agentes financeiras que tenham sido entregues ou leiloadas, por impossibilidade de pagamento dos antigos proprietários e que estejam há 2 anos ou mais desabitadas, que poderiam estar alugadas a sesimbrenses a preços sociais. ----------

----------Coimas----------

---------- Prédios degradados no centro histórico da Vila – valor do IMI+125% desse valor ----------

---------- Prédios degradados em zonas urbanas fora da zona histórica – valor do IMI+100% desse valor

- Prédios degradados em zonas rurais – valor do IMI+50% desse valor ----------

---------- Prédios na Vila com 2 ou mais anos nunca habitados – Valor do IMI+150% desse valor ----------

---------- Prédios fora da Vila com 2 ou mais anos nunca habitados – Valor do IMI+125% desse valor ----------

---------- Habitações na Vila propriedade de bancos, imobiliárias ou outros agentes financeiros, desabitadas há mais de 2 anos (por entrega dos antigos proprietários por impossibilidade do cumprimento do acordo, ou por conta em leilão) – Valor do IMI+125% desse valor ----------

---------- *Habitações fora da Vila propriedade de bancos, imobiliárias ou outros agentes financeiros, desabitadas há mais de 2 anos (por entrega dos antigos proprietários por impossibilidade do cumprimento do acordo, ou por conta em leilão) – Valor do IMI+100% desse valor*----------

----------*EXCEPÇÕES:* ----------

---------- *Incapacidade económica para a recuperação de prédios degradados* ----------

---------- *Dividas à Autarquia de munícipes por carência económica (questão de desemprego do casal, outros casos comprovados)*----------

----------*Estes tipos de situações deverão ser acompanhados pelo responsável da Câmara das questões sociais, Assistente Social da Segurança Social e o munícipe".*----------

----------A proposta de Derrama apresentada pelo BE, foi a seguinte:----------

----------*Fixação da Derrama para 2015* ----------

---------- *De harmonia com a Lei nº 73/2013, de 3 de Setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades locais e das entidades intermunicipais (LFL), constitui receita municipal a taxa de Derrama, completando à Câmara Municipal a sua fixação.* ----------

---------- *Os impactos económicos decorrentes deste imposto, além de afetarem as finanças das empresas têm também repercussão no incremento ao empreendorismo, o apoio a pequenas e médias iniciativas, a atratividade à fixação de projectos estruturantes que criem postos de trabalho e consequentemente riqueza e um desenvolvimento sustentável do nosso concelho.* ----------

---------- *E tendo presente que:*----------

----------*a) Que a Derrama se trata de um imposto sobre os lucros tributáveis;*----------

----------*b) Que atravessamos um período económico muito difícil, com muitas dificuldades para as empresas, muito em especial do pequeno comércio;* ----------

---------- *Propomos:* ----------

---------- *Que não seja lançada Derrama sobre as empresas com um volume de negócios que não ultrapasse os 150000 euros nos termos do nº 4 do artº 18 da Lei nº 73/2013 de Setembro*----------

---------- *As empresas que ultrapassarem este valor a Derrama seja de 1,5%* ----------

---------- *Apoiamos a proposta já aprovada na Comissão de Líderes* ----------

----------*1 – Que fiquem isentos de Derrama por um período de 3 anos, as empresas que instalem a sua sede social, assim como as empresas que já tenham a sua sede social no Concelho de Sesimbra e que criem novos postos de trabalho efetivos* ----------

---------- *Microempresas- 1 posto de trabalho* ----------

---------- *Pequenas empresas – 3 postos de trabalho* ----------

---------- *Médias empresas – 6 postos de trabalho* ----------

---------- *Grandes empresas – 12 postos de trabalho* ----------

----------*A manutenção da isenção em anos subsequentes fica à mercê da continuidade do mínimo de postos de trabalho criados.* ----------

----------*Acrescentamos à proposta:* ----------

----------*as empresas que não cumpram o acordado, ou que só utilizem os 3 anos para estarem instaladas no concelho e depois mudem para outro concelho, deve ficar claro, que terão de pagar uma coima sobre esse período de tempo que utilizaram esta isenção.* ----------

----------O **Deputado Manuel José Pereira** solicitou intervenção para referir que em termos de metodologia o PS gostaria de dizer que iria fazer uma leitura global de todos os impostos municipais aí presentes, embora a referência à TMDP fosse absolutamente inócua e escusada.----------

----------**A presidente** questionou os restantes líderes de bancada se também concordavam com esta metodologia, não tendo havido oposição por parte de nenhum dos líderes. ----------

----------O **Deputado Manuel José Pereira** referiu que já tinha sido aí sobejamente falado aquando da apreciação do Orçamento de Estado para 2015, que esse impunha um conjunto de restrições e até com a nova Lei das Finanças Locais e condicionantes à ação dos municípios que inclusivamente continuavam a ver a sua autonomia, que fazia parte e era um princípio constitucional, ameaçada. ----------

----------A Câmara de Sesimbra também tinha sido uma das que tinha tido de recorrer ao PAEL, e isso também era uma condicionante. A criação do Fundo de Apoio Municipal (FAM), que tinha implicações severas nas Câmaras, nomeadamente na de Sesimbra que durante um período de cerca de 7 anos pagaria quase um milhão e meio de euros. ----------

----------Acrescentou que, a propósito disso, gostaria de dizer que a Comissão executiva do FAM, que tinha sido criada recentemente tinha 3 membros e qualquer um deles recebia mais do que um presidente de Câmara, e isto o PS considerava ”um desvio” de verbas dos municípios para o desenvolvimento da sua atividade, assim como a questão das cláusulas travão a que o Francisco Jesus já se referira com a consequente perda de fundos financeiros, do fundo de equilíbrio financeiro.----------

----------Esperavam que, quer no FAM quer nestes desvios consecutivos de verbas, fosse qual o fosse o Governo, que fossem lançados a crédito futuro das autarquias. Ninguém acreditava nisso, mas pelo menos devia sê-lo e portanto algumas Câmaras tinham-se sobre endividado e tinham tido de recorrer ao

PAEL e a de Sesimbra tinha tido a sua quota-parte nisso, embora não fosse das que estavam em situação mais gravosa.----------

----------Referiu também as dificuldades em contratar pessoal, quando estavam em risco profissões e setores onde esse pessoal era absolutamente necessário e que existiam inclusivamente determinações legais para a existência desse pessoal, mas não se podia porque havia uma lei superior do Orçamento de Estado que o impossibilitava. O PS neste caso tinha ficado confrontado com um cenário difícil, não o defendia claramente, o Orçamento Municipal que não era da sua responsabilidade elaborar. ----------

----------Salientou que falava no orçamento porque, naturalmente, tudo isto eram as principais receitas orçamentais e tudo isto jogava com a questão do Orçamento que iriam discutir muito em breve. ----------

----------Também não assumia as culpas da situação criada, ou seja, nem a culpa daquilo que eram as condicionantes impostas pelo Orçamento de Estado, nem aquilo que tinha sido a consequência da gestão da Câmara, que também tinha condicionado o futuro de certa forma, e a outra opção era saírem em defesa daquilo que eles consideravam ser as bases de um desenvolvimento local, futuro das empresas, das famílias, e portanto naturalmente que numa postura de responsabilidade, que sempre tinham tido e continuariam a ter, tinha-os levado a uma espécie de meio-termo.----------

----------Esse meio-termo consubstanciava-se da seguinte forma: o fim da cláusula de salvaguarda do IMI ainda era uma surpresa de certa forma. Face áquilo que já tinha sido afirmado era óbvio que a cláusula de salvaguarda não podia ser prorrogada, tinha era de ser criada uma nova, mas ainda era difícil prever-se, embora à partida parecesse que as consequências iriam ser penalizadoras, assim como a própria necessidade sentida na reforma do IRS de incluir uma cláusula de salvaguarda era a garantia clara de que ia ter consequências devastadoras ao nível da cobrança de IRS. ----------

----------Referiu que, naturalmente nestas circunstâncias achavam que o PS não devia insistir naquela que era normalmente a sua proposta de abaixamento da taxa de IMI, mas em contrapartida disso, porque entendiam que também era necessário dar um sinal às famílias, achavam que deveria ser devolvido 1% do IRS, que aliás era um valor inferior se se baixasse um valor de 0,25% da taxa do IMI.----------

----------Em relação à Derrama também entendiam que se podia ir um pouco além daquilo que a Câmara tinha ido, aliás a proposta da Câmara que de certa forma pegava numa recomendação feita pela Assembleia Municipal, retirando as maiores empresas, a Câmara entendia não dar essa possibilidade, mas isso não deixava de ser só uma possibilidade, ele diria que mera possibilidade, pois ainda existia muita dificuldade em que as empresas criassem emprego, portanto nessa conformidade não sabia se aquelas isenções que estavam a ser criadas iriam ter algum efeito prático. ----------

----------Na Derrama tinham ido um pouco mais além e os Vereadores do PS tinham feito uma proposta que tinha sido reprovada pela maioria da Câmara, CDU e PSD, portanto não valia a pena estarem aí a insistir na Assembleia Municipal com essa proposta, uma vez que já sabiam qual ia ser o seu destino. --------

----------De qualquer forma, entendiam que era correto que pelo menos as pequenas e médias empresas pudessem ser alvo de uma ligeira redução na Derrama, aquelas que apresentavam lucros.----------

----------Salientou que em face disto pensava que as suas posições já tinham ficado suficientemente claras, pois esta era a leitura que faziam. Também era se sinalizar a questão daquilo que entendiam ser uma pseudorreforma da fiscalidade verde, quando a contrapartida disso era no IRS e portanto isso era de facto uma coisa que não fazia sentido nenhum. ----------

----------A fiscalidade verde era importante, tinha que se ir por aí no futuro, mas não podia ser à conta de um equilíbrio obtido no IRS. Em conformidade com esta posição discordavam das propostas de IMI e de Derrama da Câmara e em relação ao IMI não iriam inviabilizar a proposta. ----------

----------Relativamente às propostas do BE, a proposta da Derrama de certa forma, considerava-se que na 1ª parte, poderia ser uma alternativa à da Câmara, embora houvesse certas dúvidas que quer a da Câmara, quer a do BE ou a que o PS fez na Câmara pudessem ser implementadas face áquilo que eram os ditames da Autoridade Tributária e da Lei. ----------

----------De qualquer das formas recusavam em absoluto aquilo que o BE no fim das suas propostas, quer na Derrama quer no IMI apelidava de coimas, de majorações ou seja do que fosse. ----------

----------Entendiam que não era momento para isso, os proprietários não eram aqueles "gordos" proprietários do passado, eram proprietários às vezes de heranças e com situações muito periclitantes em que nem sequer conseguiam reabilitar as casas, quanto mais estarem a pagar de IMI o dobro ou mais do dobro. ----------

----------Não estavam de facto de acordo com penalizações e majorações, muito menos com coimas, para além de que tinham dúvidas que a própria legislação no enquadramento do IMI permitisse a sua criação.---

----------Foi dada a palavra ao **Deputado João Rodrigues**, que referiu que o MSU entendia que as exigências no âmbito do PAEL deveriam ser cumpridas e defenderiam sempre o cumprimento do PAEL, contudo há um ano a essa data tinha sido feita uma proposta de redução do IMI na taxa de 0,4 para 0,375 e na altura tinha sido recusada e tinha sido aprovada a proposta da Câmara. ----------

----------O desempenho da cobrança de IMI veio dar-lhes razão, porque se tivessem cuidado na análise dos números, no ano 2014 previa-se o aumento desta cobrança de um milhão e oitocentos mil euros,

tratando-se do maior aumento na década de 2004-2014. Este aumento representava 17,6%, que era em termos percentuais o maior aumento na evolução do IMI nesta década.----------

---------- Depois de ouvir no PAOD, todos referirem as dificuldades que a população vivia, nomeadamente as reduções de ordenado, achava que era importante aproveitar esta cobrança adicional e significativa do IMI para dar às populações uma imagem de que a Câmara também quer ajudar a dinamizar a economia.

----------Era evidente que não pudessem ir tão longe nesta redução para 0,375, mas poderiam eventualmente ir para 0.39, ou seja, julgava que face a esta cobrança havia alguma margem para redução do IMI, como já defendiam há um ano. ----------

----------Acrescentou que, para terem uma ideia, mantendo-se esta proposta da Câmara no ano seguinte previa-se também um acrescento de cobrança de mais um milhão e setecentos mil euros, e estavam a falar num aumento em dois anos, 2014-2015, de três milhões e meio de euros. ----------

----------Disse julgar haver condições para dar um sinal de apoio às famílias e o MSU, com a coerência que vinha a ter, iriam manter a posição de voto do ano anterior, na altura acompanhados pelo PS e BE, de votar contra esta proposta porque mais uma vez entendiam que devia ser reduzida a taxa do IMI. ----------

----------Usou da palavra o **Deputado Lobo da Silva**, que referiu que percebiam perfeitamente a questão do IMI e reduziam a sua intervenção da seguinte forma: à semelhança do Governo do PSD, também a CDU no município de Sesimbra, não podia baixar os impostos, neste caso o IMI face aos compromissos assumidos com o Governo português, ou seja com o PAEL. ----------

----------Passou a referir que, quando tinha recebido a proposta do BE sobre esta matéria, já tinha ficado perplexo com a Moção da CDU, e quando tinha chegado às coimas, tinha pensado que nem ao PSD passaria pela cabeça, na medida em que o Deputado do BE que estava sempre aí com as "bandeiras" da esquerda e do povo, vinha propor a aplicação de coimas ao povo, tendo ficado muito surpreso com esta proposta por parte do BE.----------

----------Usou da palavra o **Deputado Alain Monteiro** que disse concordarem com a taxa de IMI proposta. Seria certamente desejável poder baixar o IMI, no entanto teriam de ter em mente vários aspetos; 1º obviamente os compromissos assumidos face ao PAEL, tendo em conta também o endividamento da Câmara. Como todos sabiam, a gestão CDU da Câmara tinha recebido uma herança algo pesada. ----------

----------Também era verdade que tinha aumentado essa dívida, fruto de investimento que tinha feito, muito em prol da população, e isto para dizer que as verbas provenientes do IMI acabavam sempre por ter um fator reprodutivo para a população, no entanto julgava que era também de ter em conta, e já aí tinha sido referido, que o Orçamento de Estado para 2015 iria trazer mais impostos, não apenas para a

população em geral, mas por exemplo a fiscalidade verde também iria incidir sobre a própria autarquia, porque a autarquia tinha uma despesa certamente grande com as suas viaturas e elas andavam a gasóleo e a gasolina. ----------

----------Quanto à questão da CDU ser muito parecida com o PSD, sinceramente achava muito mal fazerem essa parecença, até porque o PSD aumentava os impostos e a CDU naquele momento não os aumentava. Convinha também relembrar que o IMI já tinha sido mais alto na Câmara, aliás no tempo do PS, estavam em taxas máximas e em 8 anos o PS também não o tinha baixo numa conjuntura bastante mais favorável, do que a conjuntura que estavam a viver à data. ----------

----------Quanto à proposta do PS, de devolução de 1% do IRS, aí também tinham de ter a noção que essas verbas constituíam uma fatia importante das receitas próprias da Câmara, e a Câmara vinha a fazer um enorme esforço para reduzir a sua dívida, pelo que não seria certamente producente para a própria autarquia prescindir de uma pequena parte que fosse das suas receitas.----------

----------Foi dada a palavra ao **Deputado José Guerra** que explicitou que, no que dizia respeito às coimas, as mesmas não seriam aplicadas a pessoas com incapacidade económica para a recuperação de prédios degradados, com dívidas por carência económica, por desemprego do casal, ou outros casos comprovados que seriam situações que seriam discutidas com o assistente social, com a segurança social, com a Câmara e com os munícipes. ----------

----------Isso não queria dizer que queriam pôr coimas sobre o povo, e muita gente aí devia conhecer situações de prédios, que estavam degradados com 4 e 6 habitações e em que só uma delas estava habitada e que estavam a deixá-lo cair sabendo que essas pessoas tinham poder económico para recuperar essas casas e estavam a pagar de IMI um valor mísero, porque não as recuperavam. ----------

----------As pessoas com possibilidades financeiras deveriam recuperar as habitações, nomeadamente as do centro histórico. Para que a Vila fosse repovoada, era necessário que, pelo menos as casas novas que estavam nas mãos dos grupos financeiros, bancos e imobiliárias, que compraram em leilão por metade do preço e deixaram ao abandono, se fossem arrendadas a preços sociais a pessoas carenciadas, era dinheiro que a Câmara poupava em construir essas casas, pois havia cada vez mais pessoas carenciadas.----

----------Sobre a Derrama disse não perceber a dúvida, pois vinha a ser normal desde há alguns anos, desde que o IEFP (Instituto de Emprego e Formação Profissional) fazia empréstimos a fundo perdido sobre projetos de criação de emprego, com a obrigação de o manterem aberto durante 3 anos, no entanto muitas vezes verificava-se que as empresas eram fechadas e reabertas noutro lado, voltando a usufruírem de dinheiro para a criação de novos postos de trabalho.----------

---------- Salientou que o acordo que se fizesse sobre este apoio, com isenções de pagamento da Derrama sobre as microempresas, pequenas e médias empresas, o contrato teria de estipular o mínimo de anos que essa empresa teria de estar aberta. ----------

----------A **Presidente da Assembleia** esclareceu que, uma vez que estavam a falar sobre o IMI, havia um elemento do qual o Deputado josé Guerra não tinha chamado a atenção, que se prendia com a proposta que este tinha apresentado, no que respeitava ao ponto a) prédios rústicos – 0.8, no ponto b) prédios urbanos – 0.65 e isso certamente dizia respeito à nomenclatura do ano anterior, na medida em que no presente ano essa nomenclatura já não existia, o que significava que neste caso concreto o que a Lei previa era a aplicação de 0.3 a 0.5, estando a Câmara a apresentar na sua proposta 0.4, pelo que a proposta do Deputado josé Guerra não estava clara nos termos em que a apresentava.----------

----------O presidente da Junta de freguesia do Castelo e **Deputado Francisco Jesus** referiu que a proposta de IMI, sobretudo dos prédios urbanos era de 0,4, e às vezes estavam aí a discutir as coisas como se estivessem a aplicar a taxa máxima. O município de Sesimbra apesar de todas as condicionantes que eram conhecidas e contrariamente áquilo que tinha sido aí referido, ou seja, que aumentava os impostos, o IMI não estava na taxa máxima, mas sim numa taxa média de 0.4. ----------

----------Salientou que uma redução de 0.4 para 0.39, ou 0.38, não era nada mais, do que um pequeno sinal político, porque isso traduzia-se em reduções pouco significativas. Numa habitação avaliada em 200 mil euros, estavam a falar em 20 euros de redução da taxa de IMI anual. Numa habitação de 100 mil euros, estavam a falar de 10 euros anuais. ----------

----------Lembrou que não havia uma forma legal de poder eventualmente ter uma redução para prédios avaliados ou com um valor inferior e outra para outros prédios com valor superior, tal como não havia possibilidade de manter uma taxa superior para prédios de 2ª habitação e uma taxa inferior para prédios de 1ª habitação. ----------

----------Frisou que quando estavam a baixar, obviamente por uma questão percentual de 0.4, para 0.39, o principal benefício seria para as habitações com uma avaliação de maior volume, portanto eram aquelas que tinham, obviamente em termos numéricos de poupança um significado muito maior. ----------

----------Também já tinha referido o problema na discussão do ponto anterior, esclarecendo que o município de Sesimbra tinha a particularidade da sazonalidade, ou seja, o impacto das despesas do próprio município não podiam ser consideradas apenas e exclusivamente naquilo que era a 1ª habitação.

----------O município de Sesimbra, e julgava que isso já tinha sido dito e reconhecido por todos, era dos mais prejudicados, inclusivamente na distribuição do fundo de equilíbrio financeiro, até pela característica da sazonalidade. ----------

----------Disse ser claro que todos aí prefeririam, inclusivamente a CDU, que do quadro da justa repartição de recursos públicos, IRS, IRC e IVA houvesse uma distribuição justa e equitativa. Com os municípios havia mais do que folga para tentar reduzir ao máximo esta carga de imposto local, mas não era essa a intenção que vinha a verificar-se por parte dos Governos, pois sobretudo transferiam o ónus para os impostos locais que eram as receitas próprias dos municípios, reduzindo aquilo que eram as transferências dos impostos, IRS, IRC e IVA.----------

----------Uma outra nota que queria deixar refletia um pouco a proposta do BE, referindo que sempre tinha sido defensável, pensando que tinha sido uma das normas que à cerca de dois anos tinha vindo no Orçamento de Estado e que se mantinha, que era, embora com uma taxa reduzida o pagamento de IMI por parte dos fundos imobiliários, o que não existia porque esses eram isentos. O BE até fazia aí um aumento de mais 150%. ----------

----------Disse julgar que não havia sequer enquadramento legal para a aplicação de coima por via do IMI. A proposta por toda a justiça que pudesse representar, do ponto de vista quer político, quer de justiça social não tinha enquadramento legal, não havendo possibilidade da Assembleia Municipal deliberar nesse sentido, mas a verdade era que também havia algum aumento e contrariamente aos números que eram apresentados muitas vezes pelo Governo, e a Associação de Municípios até tinha números bem diferentes, o aumento do IMI também tinha sido traduzido pela aplicação das taxas aos fundos de investimento imobiliários e não apenas exclusivamente ao aumento daquilo que tinha sido a valorização das habitações. ----------

----------Passou a referir que teriam despesas no ano seguinte que o próprio município de Sesimbra não sabia qual o montante e estavam a falar de uma muito específica, passado a referir que havia uma retenção prevista, uma mudança completa nas regras de retenção das autarquias locais para o Serviço Nacional de Saúde (SNS), que era feita com base nos valores de 2009 estimados e que tinha sido sempre aplicada nos sucessivos Orçamentos de Estado. ----------

---------- Desta vez havia uma alteração no cálculo dessa retenção para o SNS, e grosso modo dizia que 50% iriam ser aplicados até ao final do 1º semestre tinha a ver com os valores de 2009, também não havendo nenhuma correlação real com os gastos efetivos dos funcionários com o SNS, mas depois havia uma obrigatoriedade de duas formas: ou o pagamento efetivo das despesas que tinham sido efetuadas

no SNS, o que não era descabido, ou um acordo de capitação que o município tinha que fazer, nesse caso com a ACSS (Administração Central do Sistema de Saúde), que eram cerca de 300 euros de acordo com a proposta da Lei do Orçamento de Estado.----------

---------- Se contabilizassem isso ao número de funcionários da Câmara, ele admitiria que se calhar teriam aí um montante de 200 ou 300 mil euros de acordos de capitação, mas a verdade era que se optasse pela outra forma sem serem acordos de capitação, para além daquilo que eram as despesas do SNS em atos médicos ou de diagnóstico iria passar pela 1º vez, de acordo com a proposta de lei do OE também a pagar as verbas dos medicamentos e os municípios não sabiam a que é que isso correspondia, tratando-se de um montante brutal à escala daquilo que eram as despesas até à data conhecidas com as retenções do SNS.---- ----------

----------Referiu que também era bom que se dissesse que, de acordo com a proposta de Lei do OE, indo fazer um parêntesis não sabendo se a CMS tinha recebido algum ofício da DGAL, parecendo-lhe que sim pois alguns municípios já tinham recebido esse oficio já a informar das retenções que iriam ser feitas. -------

----------Referiu que já havia algumas orientações técnicas sobre uma proposta que ainda nem sequer tinha sido aprovada, pelo que logo aí haveria uma novidade do Governo já ter esse poder legislativo que era exclusivo da Assembleia da República, mas a verdade era que a proposta de Lei do OE consignava o aumento das verbas do IMI e aquilo que ia receber a mais do fundo de equilíbrio financeiro, que julgava serem 200/300 mil euros consignava essas verbas à capitalização do FAM, ao pagamento de dívidas a fornecedores e à redução de endividamento, portanto não havia aí verba para outra coisa qualquer.---------

----------Acrescentou que com isto os municípios até poderiam ser forçados a amortizações extraordinárias sem necessidade nenhuma, quando tinham acordos de pagamento e empréstimos sustentáveis, e que isso obviamente resultava naquilo que era a consolidação dos próprios serviços. Estavam aí a falar de um valor que se calhar todos poderiam eventualmente discordar ou concordar em reduzir, mas a verdade era que com as condicionantes que eram impostas também não lhes era permitido.----------

----------No município de Sesimbra, o facto de terem aí uma proposta que mantinha os 0.4 que era uma proposta intermédia entre o quadro legal de aplicação da taxa de IMI era perfeitamente conciliável. Uma redução em 10 décimas percentuais não seria mais do que um sinal político e uma bandeira politica que o município faria para redução dessa taxa. ----------

----------O **Deputado João Rodrigues** solicitou intervenção para referir que o MSU queria agradecer a informação prestada pelo Executivo, no que dizia respeito à evolução da dívida a curto prazo e médio

longo prazo, aquando da solicitação efetuada pelo Deputado Lobo da Silva e também pela informação solicitada pelo MSU no que respeitava aos subsídios e apoios prestados. ----------

----------Passou a referir que, no âmbito da reunião da Comissão 5, o Deputado Lobo da Silva tinha perguntado qual era a componente dos prédios avaliados. Essa informação já tinha sido prestada à cerca de um ano a essa data, representando os prédios urbanos avaliados em termos de valores patrimoniais globais 97.77%. ----------

----------Foi dada a palavra ao **Presidente da Câmara** que referiu que, uma vez que as várias bancadas tinham estado a discutir em torno do conjunto das deliberações que iriam tomar nesse dia e que incidiam sobre várias receitas municipais, IMI, Derrama e IRS, seria bom que tivessem a noção, embora o Deputado Francisco Jesus já tivesse abordado essa temática, do peso que essas receitas tinham na atividade da Câmara Municipal de Sesimbra, porque se tivessem em conta os impostos locais, só esses representavam 50% das receitas correntes da Câmara, e se somassem a isso a participação no IMI teriam estimados para o ano seguinte mais de dois milhões e tal de euros. ----------

----------Dos 100% de IRS que pagavam ao Estado, esse permitia às Câmaras decidirem se queriam os 5% ou se devolviam alguma coisa aos munícipes, e curiosamente não colocava a hipótese de devolver uma parte aos munícipes dos 95 com que ficava. ----------

----------Tinham de ter a noção de que havia um conjunto de serviços fundamentais na autarquia que não tinham outra fonte de financiamento que não fosse estas receitas.----------

----------Os serviços urbanos tinham um preço associado que a Câmara cobrava e teoricamente as receitas dos serviços urbanos, que anualmente rondavam os 10/11 milhões de euros correspondiam ao custo real nalguns casos e noutros ficava aquém, na medida em que a CMS tinha de pagar à AMARSUL, SIMARSUL, EDP, assim como custos imputados a vários serviços que a CMS prestava, portanto o que recebiam dos munícipes que pagavam a fatura da água, do esgoto, lixo, etc., e a contrapartida pelo serviço prestado, não resultava em nenhum lucro para a Câmara poder aplicar noutro lugar. ----------

----------Salientou que era destas receitas, em particular dos impostos locais, derrama e IMI, que a Câmara fazia a manutenção de arruamentos, novas pavimentações, tratamento dos espaços verdes, apoiava a cultura e o desporto, assim como a educação. ----------

----------Frisou que não podiam querer o melhor de dois mundos, que a Câmara prestasse uma série de serviços, tivesse os espaços verdes bem conservados, ruas com buracos tapados e ao mesmo tempo que devolvesse o dinheiro aos munícipes e cobrasse o mínimo possível. Realçou que as duas coisas eram insustentáveis e eles tinham de ser realistas.----------

----------Isso já não tinha sequer a ver se a Câmara estava em pior ou melhor situação financeira, se tinha ou não recorrido ao PAEL. Disse ser verdade terem recorrido ao PAEL, mas felizmente à data estavam numa situação que não era crítica. ----------

---------- A Câmara de Sesimbra no final desse ano, relativamente aos critérios da Lei das Finanças Locais, teria o valor da sua dívida, muito provavelmente ficaria, abaixo dos 100% daquilo que eram as receitas decorrentes dos 3 anos anteriores, enquanto a Lei dizia que os municípios podiam ter o conjunto das dívidas até 1,5 vezes a média das receitas dos últimos 3 anos, portanto eles estavam muito longe. ----------

---------- A capacidade de endividamento da Câmara de Sesimbra andaria à volta dos 50 milhões, e muito provavelmente no final desse ano a divida global ficaria muito abaixo dos 30 milhões. Estavam felizmente numa situação bastante diferente, com a divida de curto prazo a recuar de forma significativa.----------

----------Inclusivamente o prazo médio de pagamentos, naquele momento estava em 106 dias e já tinha andado nos 300 e tal dias e havia muitos municípios com 2000 dias de prazo médio de pagamento.----------

----------Isto para dizer que, quando deliberavam sobre esta matéria tinham de ter consciência que para fazer obras e atividades era necessário dinheiro e esse dinheiro vinha desses impostos, porque infelizmente do Orçamento de Estado não vinha quase nada. ----------

----------Havia municípios que não precisavam que os seus munícipes contribuíssem mais, até porque se calhar não tinham capacidade para contribuir mais. Havia municípios em que a receita que vinha do Orçamento de Estado pagava os custos integrais do salário dos trabalhadores e ainda sobrava dinheiro para fazer investimento. ----------

----------Em Sesimbra, aquilo que recebiam do OE, os tais 4,9 milhões previstos para o ano seguinte, dos quais 2,4 era componente do IRS, portanto só cerca de 2,5 milhões é que era transferência real do Orçamento de Estado para o município de Sesimbra. Se comparassem com a massa salarial e com os custos com pessoal que a Câmara tinha, que andava acima dos 16 milhões de euros, já dava para ver o que é que conseguiam pagar com essa verba, portanto apresentarem aí propostas de redução do IMI como se esse estivesse na taxa máxima, sendo que estavam no valor intermédio, não fazia sentido. ----------

---------- A Câmara Municipal ao propor essa taxa de IMI, ao invés de propor o valor máximo que era de 0,5, estava a prescindir voluntariamente de 3 milhões de euros e não estavam a falar de uma verba qualquer despiciente. Qualquer 0,1 ou 0,2 que se propusesse retirar estavam a retirar centenas de milhares de euros ao Orçamento Municipal e a criar dificuldades adicionais à gestão do município, ainda mais num município em que uma parte substancial dos prédios eram prédios de 2ª residência, em que as receitas provenientes do IMI afetavam uma população significativa que não era residente no concelho.

----------Essa receita permitia gerar mais-valias, para investir em bens e serviços que beneficiavam essencialmente os que cá residiam o ano inteiro, também seria quase um tiro no pré sacrificar esta receita, porque se calhar aquilo que os munícipes residentes pagavam a mais, 0,1, se fosse retirado, seriam prejudicados, porque ficariam com menos dinheiro para fazer um conjunto de coisas cujos beneficiários eram aqueles que residiam no concelho. ----------

----------Relativamente ao PAEL que tinha sido aí citado várias vezes, a receita do IMI em 2012, a previsão que estava no PAEL era aproximadamente de 9,5 milhões de euros e a receita atingida tinha sido de 9,33, tendo ficado um pouco abaixo, cerca de 200 mil. ----------

----------Em 2013, a previsão de receita de IMI era de 11,8 milhões de euros e a atingida foi 10,3 milhões de euros, tendo ficado abaixo 1,5 milhões e mesmo em 2014 a receita prevista no PAEL era de 12,7 milhões de euros e não sabiam até ao momento se iam atingir esse valor, pois provavelmente ficariam abaixo, isto para dizer que não tinham aí nenhuma folga ao contrário do que tinha aparecido aí referido, não tinham andado a acumular receita a mais das previsões, antes pelo contrário. Felizmente no caso do IMT a receita nalguns anos até tinha sido superior à previsão do PAEL, e portanto tinha ajudado a equilibrar estas diferenças. ----------

----------Acrescentou que para serem rigorosos não tinham condições para fazer uma proposta diferente dessa. Salientou que a CDU nesta matéria vinha a ser coerente ao longo de muitos anos e mesmo quando estavam na oposição tinham votado a favor das propostas, que nessa altura eram sempre máximas, nos mandatos do PS, e votaram favoravelmente porque sempre entenderam que eram receitas importantes para a gestão do município. ----------

----------Disse gostar de clarificar que relativamente à proposta apresentada pelo BE, havia de facto um conjunto de aspetos que não tinham cobertura legal pelo que esse proposta nos termos em que se encontrava não podia pura e simplesmente ser aprovada, julgando que nem sequer podia ser colocada a votação, porque tinha um conjunto de coimas que a lei não previa. ----------

----------A lei previa agravar o IMI a prédios em ruínas ou degradados, no entanto era no máximo de 30% e o que via aí eram propostas que iam para os 100% e mais. Mesmo que houvesse vontade politica não havia cobertura legal para a proposta que estava a ser apresentada.----------

----------Acrescentou que por acaso até havia uma proposta que constava na atual versão do CIMI (Código do IMI), que até ia em parte ao encontro daquilo que era proposto pelo Deputado do Bloco de Esquerda, que era dizer-se que “as taxas previstas de 0.8 para os rústicos ou de 0.3 a 0.5 para os urbanos, são elevadas anualmente ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um

ano e de prédios em ruínas" e de facto a Lei consagrava esse aspeto, mas depois dizia *"considerando-se devolutos ou em ruínas os prédios como tal definidos em Diploma próprio"*, e o problema era que não havia Diploma próprio e esta Lei já tinha 3 anos. ----------

----------Esta situação assemelhava-se à que tinha referido sobre a Lei das Finanças Locais em que se previa o orçamento plurianual regulamentado, mas depois tinham-se esquecido de o regulamentar. ---------

----------Salientou que enquanto não fosse regulamentado o que é que eram prédios devolutos e o que é que eram prédios em ruínas, não se podia aplicar este agravamento, que até não seria muito diferente daquele que o Deputado do BE estava a propor, mas naquele momento objetivamente não podia por mais que pudessem concordar com isso. ----------

----------No máximo, o que se podia propor era um agravamento de 30% nos prédios em ruínas. Entendiam que no atual quadro, as pessoas que tinham prédios devolutos tinham enorme dificuldade em conseguir vender ou arrendar, porque viviam numa situação conjuntural particularmente difícil. Havia quem tivesse construído prédios e até os queriam vender, não tinham era no entanto quem lhos comprasse e estar-lhes a agravar o IMI era um absurdo pois seria quase uma dupla penalização. ----------

----------Aquilo que fazia sentido para eles, e que já tinham colocado nos outros anos, e que era um incentivo, era a aplicação de um bónus de desagravamento do IMI durante "x" anos que quem recuperasse as suas casas. ----------

----------**A Presidente da AMS,** dirigindo-se ao Deputado josé Guerra, referiu que sobre a questão em concreto que o presidente da Câmara tinha colocado sobre a "ilegalidade" da proposta do BE na medida em que se encontrava desajustada do enquadramento legal, parecia-lhe inoportuno e ilegal que a pudessem colocar a deliberação, questionando se era sua pretensão retirá-la. ----------

----------O **Deputado José Guerra** explicou que o Bloco de Esquerda encontrava-se em debate para a Convenção, não tendo tido a possibilidade de reunir com as pessoas que o poderiam ter ajudado nesta questão. Acrescentou que, de qualquer modo tinha conhecimento de um concelho que tinha aprovado um agravamento de 300% no IMI na situação referida, no entanto não sabia especificar como se estava a processar. ----------

----------Finalizou, referindo que retirava as propostas. ----------

----------**A Presidente** colocou a votação o ponto **1. Fixar a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis dos prédios urbanos do ano de 2014 a cobrar em 2015.** ----------

----------Foi deliberado sob proposta da Câmara Municipal, nos termos do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, na sua atual redação, o seguinte: ----------

----------1. Fixar a taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis dos prédios urbanos do ano de 2014 a cobrar em 2015, nos seguintes valores:----------

*----------**Aprovou por unanimidade**:----------*

----------a) Prédios Rústicos: 0,8 %;----------

----------Aprovou por maioria com 15 votos a favor (13 da CDU e 2 do PSD/CDS-PP), 2 votos contra do MSU e 7 abstenções (6 do PS e 1 do BE). ----------

----------b) Prédios Urbanos 0,4 %. ----------

*----------**Aprovou por unanimidade**:----------*

----------2. Para os efeitos fixados no número 6 do artigo 112.º do CIMI: ----------

----------a) Que a área territorial de incidência do incentivo para combate à desertificação e reabilitação urbana coincida com a do Núcleo Antigo da Vila de Sesimbra, indicada na planta anexa ao processo; ---

----------b) Minorar por um período máximo de cinco anos, as taxas a vigorarem em cada ano a partir de 2015, para os prédios sitos na área territorial, definida na planta anexa, cujos proprietários comprovem, até 30 de Junho de 2015, ter realizado obras de reabilitação nos últimos seis anos, de acordo com os seguintes critérios:----------

----------i) Recuperação integral do prédio (externa e interna), sem aumento da STP (superfície total de pavimentos) - 30%; ----------

----------ii) Recuperação geral externa ou recuperação geral de infraestruturas internas sem aumento da STP – 20%; ----------

----------iii) Recuperação parcial ou recuperação do prédio com aumento da STP- 10%.----------

----------O **Deputado Miguel Ribeiro** apresentou a seguinte **<u>Declaração de Voto</u>**:----------

---------- (Fixação da taxa de IMI para 2014, a cobrar em 2015) ----------

----------O Grupo Municipal do Movimento Sesimbra Unida (MSU) entende que a evolução positiva das contas da Autarquia, com a redução da dívida global, aliada ao aumento da receita proveniente da cobrança do IMI durante o ano de 2014, permitiria ao Executivo alguma margem para refletir nos munícipes os bons resultados alcançados, através da redução da taxa de IMI para os prédios urbanos avaliados ao abrigo do Código do IMI. ----------

----------Com esta redução, mesmo que pouco significativa, a Autarquia estaria a demonstrar de forma ativa a sua preocupação pela situação de dificuldade económica das pessoas. ----------

----------Consideramos que o Executivo podia desta forma contribuir para o desagravamento da carga fiscal que incide sobre as pessoas, contrariando assim a teimosia do Governo em manter uma carga fiscal

excessiva, prejudicial para as famílias e para a economia. Ainda para mais, num imposto cego como o IMI, que não partilha da progressividade do IRS! ----------

----------*A manutenção da taxa de IMI nos 0,4%, sustentada na alegada impossibilidade de a Autarquia prescindir de uma pequena parte das receitas resultantes desse imposto, coincide com a linha de argumentação do Governo em manter as medidas de austeridade e a carga fiscal em nome do equilíbrio orçamental, e que a maioria CDU tanto critica!* ----------

----------*Em 2013, o MSU havia votado favoravelmente uma proposta alternativa que previa a redução da taxa do IMI para os 0,375%, sendo na altura acompanhada pelo Bloco de Esquerda e pelo Partido Socialista.-* ----------

----------*Assim sendo, face à manifesta melhoria da situação financeira da Autarquia em relação ao ano transato, o Grupo Municipal do MSU, em coerência com a posição anteriormente assumida, vota contra a taxa de IMI de 0,4% para 2014 (a cobrar em 2015) proposta pela Câmara para os prédios urbanos avaliados ao abrigo do Código do IMI".* ----------

----------O **Deputado Manuel José Pereira** indicou que apresentaria a Declaração de Voto do PS no fim na medida em que também englobava os pontos 3 e 4 da Ordem de Trabalhos. ----------

----------A **Presidente** deu passagem ao **2º Ponto da Ordem de Trabalhos** questionando os Deputados se pretendiam intervir, não se verificando nenhuma manifestação nesse sentido. **----------**

----------Fixação da Taxa Municipal de Direitos de Passagem para 2015; ----------

----------Foi deliberado sob proposta da Câmara Municipal, aprovar por **unanimidade** a fixação para o ano de 2015 da **Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)** em 0,25% sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais do Município de Sesimbra, conforme prevê o n.º 2 do art.º 106.º da Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro.----------

----------**A Presidente** deu passagem ao **3º Ponto da Ordem de Trabalhos**, referindo que a recomendação que tinha sido apresentada pela Assembleia Municipal, tinha sido aceite e incluída pela Câmara Municipal na proposta ali presente.----------

----------**Lançamento da Derrama sobre a coleta do IRC'2014, a cobrar em 2015;** ----------

----------Foi deliberado, **por maioria**, sob proposta da Câmara Municipal, com 17 votos a favor (13 da CDU, 2 do PSD/CDS-PP e 2 do MSU) e 7 votos contra (6 do PS e 1 do BE), autorizar: ----------

----------*1. O lançamento de uma derrama de 1,5 por cento sobre o Lucro Tributável Sujeito e Não Isento de Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Coletivas (IRC) de 2014 a cobrar no ano de 2015.*----------

----------2. A isenção da derrama por um período de 3 anos aos sujeitos passivos que instalem a respetiva sede social, assim como aos sujeitos passivos que já tenham a sua sede social no Concelho de Sesimbra e que criem e mantenham postos de trabalho efetivos, durante o mesmo período nos seguintes termos: --

---------- Microempresas (até 10 trabalhadores) – 1 Posto de Trabalho ----------*

---------- Pequenas Empresas (até 50 trabalhadores) – 3 Postos de Trabalho ----------*

---------- Médias Empresas (Entre 50 e 250 trabalhadores) – 6 Postos de Trabalho----------*

----------A aludida isenção está conforme os poderes tributários conferidos aos municípios nos termos da alínea d) do artigo 15.º e das isenções e benefícios fiscais do n.º 2 do artigo 16.º, ambos da Lei n.º 73/2013, de 3 de Setembro, tendo em vista fomentar a economia local e promover a criação de emprego atendendo à grave crise que atualmente ainda se verifica. ----------

----------A concretização da isenção proposta ficará condicionada à entrega dos elementos comprovativos por parte das empresas que pretendam beneficiar da mesma e da possibilidade de inscrição desta na plataforma da Autoridade Tributária." ----------

----------**4º Ponto da Ordem de Trabalhos**----------

----------**Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares'2015 – Fixação da taxa**.----------

----------Foi deliberado, **por maioria** com 17 votos a favor (13 da CDU, 2 do PSD/CDS-PP e 2 do MSU), 6 votos contra do PS e 1 abstenção do BE, sob proposta da Câmara Municipal, fixar a percentagem de participação variável do IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares), a vigorar em 2015, no valor de 5%.----------

----------O **Deputado Manuel José Pereira** fez a seguinte **Declaração de Voto**: ----------

----------*<u>Assunto</u>: IMI, Derrama e IRS – taxas para 2015*----------

----------"O Grupo Municipal do PS, considerando, em conjunto, as propostas da CMS sobre a fixação das taxas e o estabelecimento de isenções para os vários impostos municipais a cobrar em 2015, entendeu fazer declaração de voto única.----------

----------Desde logo fazendo uma referência à proposta do governo de OE para 2015, a qual impõe, uma vez mais, e em conjunto com a nova lei das finanças locais, um imenso rol de condicionantes à ação dos municípios, os quais continuam a ver o princípio constitucional da sua autonomia fortemente ameaçado. A necessidade que a CMS teve de recorrer ao PAEL, bem como a criação recente do FAM pelo governo, implicam restrições de monta ao normal funcionamento da câmara e à ambição das empresas e das famílias sesimbrenses ao regresso a um percurso de desenvolvimento. ----------

----------A propósito do FAM, que nos retira mais de 230m€/ano durante 7 anos, convém ainda lembrar que os 3 membros da sua recentemente criada Comissão Executiva recebem vencimentos superiores ao de Presidente de câmara. ----------

----------A este "desvio" de verbas, somam-se os valores que o governo deixa de entregar aos municípios a título das transferências do OE, em consequência da aplicação da cláusula travão, os quais, no mínimo, haviam de ser lançados a "crédito futuro" das autarquias. ----------

----------Também para as câmaras municipais que se sobre endividaram e recorreram ao PAEL, como foi o nosso caso, as dificuldades em contratar pessoal, mesmo quando se trate de áreas e de profissões que colocam em sério risco o desempenho das mais responsáveis funções do "Estado", como seja a Educação, colidem mesmo com as determinações legais para o fazer.----------

----------Neste contexto o PS ficou confrontado com um cenário difícil: ou ia em defesa de um orçamento municipal que não era da sua responsabilidade elaborar, nem tão pouco se sentia "culpado" pelas condicionantes impostas (seja pelo governo, seja também por más opções anteriores da gestão municipal CDU/PSD), ou saía em defesa intransigente das famílias e das empresas locais. ----------

----------Obviamente o sentido de responsabilidade levou-nos ao meio termo! ----------

----------Com o fim da cláusula de salvaguarda no IMI, cujos reflexos são ainda difíceis de determinar mas que se adivinham penalizadores, com a necessidade sentida pelo governo em incluir uma nova cláusula idêntica no IRS, o que apenas significa que daí não vem nada de bom para as famílias e para a economia, entendemos que era nosso dever não insistir no abaixamento da taxa do IMI, apresentando, em contrapartida, proposta de devolução de 1% do IRS às famílias sesimbrenses. ----------

----------Também na Derrama, entendemos que se podia ter ido mais além do que a proposta da câmara, pelo que apresentámos uma solução mais baseada na dimensão da empresa e menos na criação de emprego, função ainda hoje muito difícil de atingir para as nossas bem causticadas micro, pequenas e médias empresas. ----------

----------Em face do exposto, mantemos que a melhor política fiscal municipal hoje, não é a que, em resposta às más políticas fiscais centrais, (as quais, por exemplo, pretendem compensar os efeitos de uma pseudo reforma da fiscalidade verde através da redistribuição negativa em sede de IRS) em cima dos aumentos das taxas "e taxinhas" pelo governo, avança com mais aumentos, quando se devia estudar formas de poder diminuir a carga fiscal dos nossos munícipes e das nossas empresas, isto a bem do desenvolvimento económico local.----------

----------Pelas razões expostas o Grupo Municipal do PS: ----------

----------*Abstém-se na proposta relativa ao IMI e vota contra as propostas referentes à Derrama e ao IRS"*---

----------Não havendo mais nada a tratar, foi encerrado **o "Período da Ordem de Trabalhos",** e foi por consenso, dispensada a leitura da ata em minuta da presente reunião, que aqui se dá como inteiramente reproduzida para todos os devidos e legais efeitos, tendo a mesma sido considerada aprovada, por unanimidade, procedendo-se à respetiva assinatura. ----------

----------Seguidamente, a **Presidente da Assembleia Municipal** declarou encerrada a sessão eram zero horas e quarenta e dois minutos do dia 8 de novembro de 2014.----------

----------Para constar, se lavrou a presente ata que vai ser assinada pela Presidente, pelos Secretários e pelos Membros que o desejarem fazer. ----------